



Ar

67

DATA DA REUNIÃO: VINTE E DOIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZ.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO
FERANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS –
PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES
QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) O Senhor Presidente deu conhecimento do seu despacho de quinze do corrente mês de Setembro que delegou e subdelegou competência nos Vereadores para autorizar o pagamento em prestações e conceder isenções ou reduções de taxas, nos termos previstos no Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

Anexa-se cópia do aludido despacho à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas sete e oito da mesma.-----

b) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, O Senhor Presidente deu também conhecimento dos seus despachos a seguir referidos, proferidos ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal:-----

- Despacho de treze de Julho último, que aprovou a 8ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, que consistiu na 7ª alteração ao Orçamento da Despesa, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as folhas nove a doze da mesma.-----

- Despacho de cinco de Agosto findo, que aprovou a 9ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, que consistiu na 8ª alteração ao Orçamento da Despesa e na 7ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as folhas treze a dezoito da mesma.-----

- Despacho de sete de Julho último que adjudicou ao empreiteiro Gonçalves e Cachadinha S.A. a empreitada denominada “Beneficiação da VIM no Concelho de Santo Tirso”, pelo preço de 197.551,00 € (cento e noventa e sete mil quinhentos e cinquenta e um euros), mais IVA;-----



Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

67

- Despacho de dezanove de Julho último que homologou trabalhos a mais (2º adicional) executados na empreitada denominada “Alargamento e pavimentação do C.P. que liga o cemitério ao lugar de Sande – Areias – 1ª fase”, no montante de 41.854,32 € (quarenta e um mil oitocentos e cinquenta e quatro euros e trinta e dois centimos). O mesmo despacho ratificou a decisão de supressão de trabalhos adjudicados, no valor de 23.930,10 € (vinte e três mil novecentos e trinta euros e dez centimos).-----

Compensado o valor dos trabalhos a mais com o valor dos trabalhos a menos, o custo adicional da empreitada, decorrente da adjudicação daqueles trabalhos, foi de 17.924,31 € (dezassete mil novecentos e vinte e quatro euros e trinta e um centimos).-----

A referida empreitada foi adjudicada ao empreiteiro Betominho - Sociedade de Construções S.A. por contrato inicial celebrado em dezassete de Abril de dois mil e oito, pelo valor inicial de 296.475,55 € (duzentos e noventa e seis mil quatrocentos e setenta e cinco euros e cinquenta e cinco centimos).-----

- Despacho da mesma data que homologou trabalhos a mais executados na empreitada denominada “Estrutura Verde Urbana – Plano de Recuperação de Pavimentos – Rua Carneiro Pacheco – 2ª fase”, no montante de 47.372,52 € (quarenta e sete mil trezentos e setenta e dois euros e cinquenta e dois centimos).-----

A referida empreitada foi adjudicada à Sociedade Gonçalves & Cachadinha S.A. por contrato inicial de nove de Julho de dois mil e oito, pelo valor inicial de 297.994,34 € (duzentos e noventa e sete mil novecentos e noventa e quatro euros e trinta e quatro centimos).-----

e) Para conhecimento da actividade da câmara municipal, o Senhor Presidente deu também conhecimento dos seus despachos a seguir referidos, proferidos ao abrigo de competência própria:-----

- Despacho de vinte e quatro de Março último que adjudicou à Universidade do Porto – Faculdade de Letras um contrato de prestação de serviços tendo por objecto a elaboração de um



7

estudo para “Revisão do Plano de Emergência de Protecção Civil” pelo preço de 60.000,00 € (sessenta mil euros), mais IVA;-----

- Despacho de nove de Abril último que adjudicou à sociedade Tagus Lda um contrato de prestação de serviços tendo por objecto a realização de serviços funerários e afins nos Cemitérios Municipais de Santo Tirso pelo preço de 9.000,00€ (nove mil euros), mais IVA;-----

- Despacho de seis de Maio último que adjudicou à sociedade GNG.APV – Arquitectura e Planeamento Lda um contrato de prestação de serviços tendo por objecto a “Elaboração do Programa de Mobilidade Sustentável para a cidade de Santo Tirso”, pelo preço de 74.000,00 € (setenta e quatro mil euros), mais IVA;-----

- Despacho de cinco de Julho último que adjudicou à sociedade Hidrofunção – Consultores de Engenharia Lda um contrato de prestação de serviços tendo por objecto a elaboração do projecto de execução para a “Ponte Rodoviária sobre o Rio Vizela – Vila das Aves”, pelo preço de 72.300,00 € (setenta e dois mil e trezentos euros), mais IVA;-----

- Despacho da mesma data que adjudicou à sociedade Famavias – Sociedade de Construções Lda a empreitada denominada “Reconstrução de Muro de suporte à E.M. 558-1 – Rua da Ponte Nova – Freguesia de Monte Córdova”, pelo preço de 18.461,25 € (dezoito mil quatrocentos e sessenta e um euros e vinte e cinco cêntimos), mais IVA;-----

- Despacho de sete do mesmo mês de Julho que homologou trabalhos a mais executados na empreitada denominada “Rectificação e Pavimentação dos Arruamentos junto à Quinta do Penedo”, no valor de 10.183,83 € (dez mil cento e oitenta e três euros e oitenta e três cêntimos) e ratificou a e decisão de supressão de trabalhos incluídos no contrato inicial no valor de 31.085,22 € (trinta e um mil e oitenta e cinco euros e vinte e dois cêntimos).-----

Compensado o valor dos trabalhos a mais com o valor dos trabalhos a menos, a empreitada teve um custo inferior ao inicialmente previsto no valor de 20.901,39 € (vinte mil novecentos e um euros e trinta e nove cêntimos).-----



AK

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

7

A referida empreitada foi adjudicada à sociedade Norlabor – Engenharia e Construção, S.A. por contrato inicial de dezassete de Novembro de dois mil e oito, pelo valor de 124.520,45 € (cento e vinte e quatro mil quinhentos e vinte euros e quarenta e cinco cêntimos).-----

- Despacho de dezanove de Julho último que adjudicou à sociedade Murarte – Construções Lda a empreitada denominada “Rectificação e Pavimentação da Rua da Capela – S. Mamede de Negrelos” pelo preço de 117.511,10 € (cento e dezassete mil quinhentos e onze euros e dez cêntimos), mais IVA;-----

- Despacho de vinte e oito do mesmo mês de Julho que adjudicou à sociedade Construções S. Rosendo Lda a empreitada denominada “Intervenção nas redes de drenagem de águas residuais e pluviais na Vila das Aves – Rua de S. Honorato e Avenida Conde Vizela”, pelo preço de 42.867,50 € (quarenta e dois mil oitocentos e sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos), mais IVA;-

- Despacho da mesma data que adjudicou à sociedade Betominho – Sociedade de Construções S.A. a empreitada denominada “Fornecimento e colocação de equipamentos de segurança na Rua da Várzea e Rua do Bacelo – S. Mamede de Negrelos”, pelo preço de 15.912,50 € (quinze mil novecentos e doze euros e cinquenta cêntimos), mais IVA;-----

- Despacho também da mesma data que adjudicou à sociedade Silvicorgo – Transportes e Serviços Lda a empreitada denominada “Beneficiação de Caminhos Florestais” pelo preço de 16.800,00 € (dezasseis mil e oitocentos euros), mais IVA;-----

- Despacho de nove de Agosto findo que adjudicou à sociedade António Magalhães Meireles a empreitada denominada “Beneficiação da cobertura da EB1/JI de Quintão – Palmeira”, pelo preço de 17.240,00 € (dezassete mil duzentos e quarenta euros), mais IVA;-----

- Despacho de dezasseis de Agosto findo que adjudicou à sociedade Construção Civil Gouveia Lda a empreitada denominada “Reconstrução do Muro de Suporte na Escola da Ponte – Vila das Aves” pelo preço de 15.250,32 € (quinze mil duzentos e cinquenta euros e trinta e dois cêntimos), mais IVA;-----



Handwritten signature or mark.

- Despacho de seis do corrente mês de Setembro que homologou trabalhos a mais na empreitada de “Parque Infantil da Escola EBI de S. Martinho do Campo”, pelo valor de 3.251,00 € (três mil duzentos e cinquenta e um euros).-----

A referida empreitada foi adjudicada à sociedade Famavias – Sociedade de Construções Lda pelo preço inicial de 66.538,45 € (sessenta e seis mil quinhentos e trinta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos), conforme contrato celebrado em vinte e um de Setembro de dois mil e nove.-----

- Despacho da mesma data que adjudicou à mesma sociedade Famavias a empreitada denominada “Alargamento e Pavimentação da Rua de Lavatões – 2ª fase – Refojos”, pelo preço de 59.962,00 € (cinquenta e nove mil novecentos e sessenta e dois euros), mais IVA;-----

- Despacho também da mesma data que homologou trabalhos a mais executados na empreitada denominada “Parque Infantil da EB1/JI de Cense – Vila das Aves”, no montante de 2.100,00 € (dois mil e cem euros).-----

A referida empreitada foi adjudicada à identificada sociedade Famavias, pelo valor inicial de 42.174,07 € (quarenta e dois mil cento e setenta e quatro euros e sete cêntimos), conforme contrato inicial celebrado em vinte e um de Setembro de dois mil e nove.-----

d) Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a declaração que consta de folhas dezanove a vinte e um da presente acta.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

Despacho de delegação e subdelegação de competências nos Vereadores para autorizar o pagamento em prestações e conceder isenções ou reduções de taxas e outras receitas municipais, nas respectivas áreas de gestão municipal

O Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária de 14 de Abril último, o qual entrou em vigor no dia 30 de Abril último, prevê no nº 4 do seu art. 15º que compete à Câmara municipal decidir os pedidos de isenção ou redução de taxas, nos casos previstos no nº 2 do mesmo artigo.

A mesma norma legal dispõe que a Câmara Municipal pode delegar essa competência no Presidente, com faculdade de subdelegação nos Vereadores.

Nos termos dos pontos 7.1.1 e 7.1.2 da deliberação camarária de 5 de Maio de 2009, foi-me delegada a competência para reconhecer a isenção do pagamento de taxas, nos casos previstos no nº 1 do referido artigo 15º e decidir os pedidos de isenção ou redução de taxas, nos casos referidos no nº 2 do mesmo preceito legal.

Por sua vez, nos termos do disposto no nº 4 do art. 18º do citado regulamento, foi-me atribuída a competência para autorizar o pagamento das taxas em prestações, com faculdade de delegação nos vereadores das áreas de gestão respectivas.

Considerando que na adopção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, de modo a propiciar respostas céleres às solicitações dos utentes, subdelego nos Senhores Vereadores, Eng^a. Ana Maria Moreira Ferreira, Luís Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues, Dra. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa e Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado, nas respectivas áreas de gestão definidas por meu Despacho de 11 de Novembro de 2009, a competência para:



Serviços de Obras Particulares,
Acção Social e Albergamento
Gestão e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

8
Aca
7

- Reconhecer a isenção do pagamento de taxas, nos casos previstos no nº 1 do art. 15º do citado regulamento;
- Decidir os pedidos de isenção ou redução de taxas, nos casos previstos no nº 2 do mesmo art. 15º, mediante requerimento dos interessados e apresentação de prova da qualidade em que requerem e dos requisitos exigidos para a concessão de isenção ou redução;

E delego nos mesmos Vereadores, nas respectivas áreas de gestão, a competência para autorizar o pagamento de taxas ou outras receitas municipais em prestações, nas condições enunciadas no também mencionado art. 18º.

Os actos praticados ao abrigo de competência subdelegada, no que se refere à isenção ou redução do pagamento de taxas, nos termos do disposto no nº 2 do art. 15º, devem ser levados ao conhecimento da Câmara na reunião que imediatamente se lhes seguir, em conformidade com o disposto no nº3 do art. 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Remeta-se o presente Despacho à próxima reunião de Câmara para conhecimento, publicite-se nos termos do art. 91º da citada Lei nº 169/99 para produzir eficácia e divulgue-se por todos os serviços.

Santo Tirso e Paços do concelho, 15 de Setembro de 2010

O Presidente

Castro Fernandes



Serviços de Obras Particulares,
Acção Social e Alimentação
Geral e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

8º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2010

António Alberto de Castro Fernandes, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 05/11/2009, item 6, n.º 2-b), aprovar a 8ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, com reforço de verbas no montante de 570.000,00 € (quinhentos e setenta mil euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de despesas, cujo teor passa a constituir as subsequentes 3 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Financeira para execução.

Santo Tirso, 13 de Julho de 2010

O Presidente,

Castro Fernandes

SISTEMA CERTIFICADO

eiC

ISO 9001

certificação

acreditada

IPAC

Serviços de Obras Particulares,
Ação Social e Atendimento
Geral e Atividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Computação

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

10

Al
67

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2010

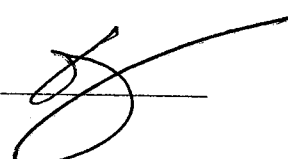
MODIFICAÇÃO N.º 8

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DESPESA N.º 7

Julho 2010

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 8	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 7	DO ANO CONTABILISTICO DE 2010	
		DATA DE APROVAÇÃO				
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	O B S
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
02	CÂMARA MUNICIPAL	6.147.039,83	570.000,00	570.000,00	6.147.039,83	
02	Aquisições bens serviços	777.000,00	220.000,00		997.000,00	
0201	Aquisições bens	401.000,00	20.000,00		421.000,00	
020101	Matérias-primas e subsidiarias	401.000,00	20.000,00		421.000,00	
0202	Aquisição serviços	376.000,00	200.000,00		576.000,00	
020220	Outros trabalhos especializados	376.000,00	200.000,00		576.000,00	
04	Transferencias correntes	2.640.000,00		370.000,00	2.270.000,00	
0405	Administração local	2.640.000,00		370.000,00	2.270.000,00	
040501	Continente	2.640.000,00		370.000,00	2.270.000,00	
04050104	Associação Municípios	2.640.000,00		370.000,00	2.270.000,00	
06	Outras despesas correntes	305.039,83	150.000,00		455.039,83	
0602	Diversas	305.039,83	150.000,00		455.039,83	
060203	Outras	305.039,83	150.000,00		455.039,83	
06020305	Outras	305.039,83	150.000,00		455.039,83	
08	Transferencias capital	2.300.000,00		200.000,00	2.100.000,00	
0801	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	2.300.000,00		200.000,00	2.100.000,00	
080101	Públicas	2.300.000,00		200.000,00	2.100.000,00	
08010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	2.300.000,00		200.000,00	2.100.000,00	
09	Activos financeiros	125.000,00	200.000,00		325.000,00	
0907	Ações e outras participações	125.000,00	200.000,00		325.000,00	
090702	Sociedades e quase-sociedades não financeiras-públicas	125.000,00	200.000,00		325.000,00	
TOTAL ...		6.147.039,83	570.000,00	570.000,00	6.147.039,83	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES			370.000,00	370.000,00		
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...			200.000,00	200.000,00		

de _____ de _____

O Presidente da Camara, 

Aprovada em reunião de _____

Os Vereadores:

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2010 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 7		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	020101		Matérias-primas e subsidiarias	401.000,00	20.000,00	
02	020220		Outros trabalhos especializados	376.000,00	200.000,00	
02	04050104		Associação Municípios	2.640.000,00		370.000,00
02	06020305		Outras	305.039,83	150.000,00	
02	08010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	2.300.000,00		200.000,00
02	090702		Sociedades e quase-sociedades não financeiras-publ	125.000,00	200.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					570.000,00	570.000,00
Total Geral :					570.000,00	570.000,00

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

DESPACHO

9º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2010

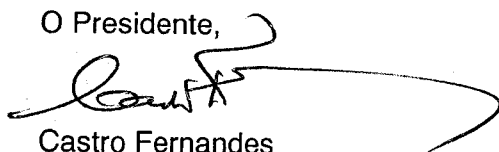
António Alberto de Castro Fernandes, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 05/11/2009, item 6, n.º 2-b), aprovar a 9ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, com reforço de verbas no montante de 990.000,00 € (novecentos e noventa mil euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de despesas, cujo teor passa a constituir as subseqüentes 5 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Financeira para execução.

Santo Tirso, 05 de Agosto de 2010

O Presidente,



Castro Fernandes

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001
certificação
acreditada
por IFCC

Serviços de Obras Particulares,
Ação Social e Albergamento
Geral e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

14

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2010

MODIFICAÇÃO N.º 9

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DESPESA N.º 8

ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS N.º 7

Agosto 2010

15
Ar

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2010 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 8		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	020208		Locação outros bens	178.000,00	20.000,00	
02	020220		Outros trabalhos especializados	576.000,00	50.000,00	
02	04050102		Freguesias	455.000,00	150.000,00	
02	05010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	3.500.000,00		220.000,00
02	07010301		Instalações serviços	1.073.112,40		60.000,00
02	07010305		Escolas	8.690.140,97		600.000,00
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	8.727.704,54	590.000,00	
02	07010404		Iluminação pública	420.204,53	50.000,00	
02	07010405		Parques e jardins	2.644.213,79		10.000,00
02	070107		Equipamento informatica	210.104,08	30.000,00	
02	08010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	2.100.000,00		100.000,00
02	08050102		Freguesias	2.000.000,00	100.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					990.000,00	990.000,00

Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 7		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010305	2002 I 31	AMPLIAÇÃO ESCOLA SEQUEIRO 1, CONSTRUÇÃO CANTINA E RECUPERAÇÃO PAVIMENTO DIVERSOS ARRUAMENTOS CONCELH	1.089.759,35		700.000,00
02	07010401	2002 I 161	INFRAESTRUTURAS NOS ARRUAMENTOS CONCELHO SANTO TIR	644.483,38	200.000,00	
02	07010401	2002 I 226	CONSTRUÇÃO EDIFÍCIO JUNTA FREGUESIA PALMEIRA	161.876,68	300.000,00	
02	07010301	2002 I 279	AMPL., SEGURANÇA E CONS. EDIFÍCIOS ESCOLARES CONCE	65.662,14	40.000,00	
02	07010305	2003 I 62	CONSTRUÇÃO SEDE JUNTA FREGUESIA - S. SALVADOR CAMP	150.743,71	100.000,00	
02	07010301	2006 I 24	REQUALIFICAÇÃO URBANA VILA AVES - ALARG. PONTE SOB	123.858,48		100.000,00
02	07010401	2006 I 83	HARDWARE E SOFTWARE - DIVERSOS DEPARTAMENTOS	90.000,00	90.000,00	
02	070107	2006 I 98	MODERNIZAÇÃO REDES ABASTECIMENTO ENERGIA ELÉCTRICA	172.004,08	30.000,00	
02	07010404	2006 I 261	PRU - PARQUE URBANO RABADA - ÁREAS RECREIO E LAZER	149.731,69	50.000,00	
02	07010405	2009 I 60	PRU - NAVE MULTIUSOS E FRENTE RIO	250.000,00		160.000,00
02	07010405	2010 I 30.		139.893,00	150.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					960.000,00	960.000,00
Total Geral :					1.950.000,00	1.950.000,00

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 9	NUMERO 8 DO ANO CONTABILISTICO DE 2010		ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	DATA DE APROVAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÓMICA		DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
02		CÂMARA MUNICIPAL	30.574.480,31	990.000,00	990.000,00	30.574.480,31
	02	Aquisições bens serviços	754.000,00	70.000,00		824.000,00
	0202	Aquisição serviços	754.000,00	70.000,00		824.000,00
	020208	Locação outros bens	178.000,00	20.000,00		198.000,00
	020220	Outros trabalhos especializados	576.000,00	50.000,00		626.000,00
	04	Transferencias correntes	455.000,00	150.000,00		605.000,00
	0405	Administração local	455.000,00	150.000,00		605.000,00
	040501	Continente	455.000,00	150.000,00		605.000,00
	04050102	Freguesias	455.000,00	150.000,00		605.000,00
	05	Subsidios	3.500.000,00		220.000,00	3.280.000,00
	0501	Sociedades e quase-sociedade não financeira	3.500.000,00		220.000,00	3.280.000,00
	050101	Públicas	3.500.000,00		220.000,00	3.280.000,00
	05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	3.500.000,00		220.000,00	3.280.000,00
	07	Aquisição bens capital	21.765.480,31	670.000,00	670.000,00	21.765.480,31
	0701	Investimentos	21.765.480,31	670.000,00	670.000,00	21.765.480,31
	070103	Edifícios	9.763.253,37		660.000,00	9.103.253,37
	07010301	Instalações serviços	1.073.112,40		60.000,00	1.013.112,40
	07010305	Escolas	8.690.140,97		600.000,00	8.090.140,97
	070104	Contruções diversas	11.792.122,86	640.000,00	10.000,00	12.422.122,86
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	8.727.704,54	590.000,00		9.317.704,54
	07010404	Iluminacação pública	420.204,53	50.000,00		470.204,53
	07010405	Parques e jardins	2.644.213,79		10.000,00	2.634.213,79
	070107	Equipamento informatica	210.104,08	30.000,00		240.104,08
	08	Tranferencias capital	4.100.000,00	100.000,00	100.000,00	4.100.000,00
	0801	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	2.100.000,00		100.000,00	2.000.000,00
	080101	Publicas	2.100.000,00		100.000,00	2.000.000,00
	08010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	2.100.000,00		100.000,00	2.000.000,00
	0805	Administração local	2.000.000,00	100.000,00		2.100.000,00
	080501	Continente	2.000.000,00	100.000,00		2.100.000,00
	08050102	Freguesias	2.000.000,00	100.000,00		2.100.000,00
TOTAL ...			30.574.480,31	990.000,00	990.000,00	30.574.480,31
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				220.000,00	220.000,00	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				770.000,00	770.000,00	

Em ____ de ____ de ____

Aprovada em reunião de ____

O Presidente da Câmara, _____

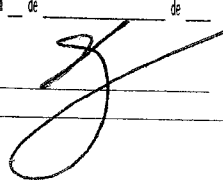
Os Vereadores: _____

AR

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS															PÁGINA : 1	
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 9 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2010 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 7															DATA DE APROVAÇÃO	
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEGUINTE					
						ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		
						TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2011	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2011	SEGUINTE
1.		Funções gerais			801.952,07	361.524,70	361.524,70		148.000,00	-30.000,00		30.000,00	331.524,70	331.524,70		178.000,00		
1.1.		Serviços gerais de administração pública			801.952,07	361.524,70	361.524,70		148.000,00	-30.000,00		30.000,00	331.524,70	331.524,70		178.000,00		
1.1.1.		Administração geral			801.952,07	361.524,70	361.524,70		148.000,00	-30.000,00		30.000,00	331.524,70	331.524,70		178.000,00		
1.1.1.	15	2002 I 279 CONSTRUÇÃO EDIFÍCIO JUNTA PREGUESIA PALMEIRA	DPH/DM	02 07010301	35.832,00	65.662,14	65.662,14		50.000,00	40.000,00		-40.000,00	105.662,14	105.662,14		10.000,00		
1.1.1.	07	2006 I 24 CONSTRUÇÃO SEDE JUNTA PREGUESIA - S. SALVADOR CAMPO - 2.ª FASE	DPH/DM	02 07010301		123.858,48	123.858,48			-100.000,00		100.000,00	23.858,48	23.858,48		100.000,00		
1.	08	2006 I 98 HARDWARE E SOFTWARE - DIVERSOS DEPARTAMENTOS	DM	02 070107	766.120,07	172.004,00	172.004,00		90.000,00	30.000,00		-30.000,00	202.004,00	202.004,00		60.000,00		
2.		Funções sociais			725.554,61	1.720.396,06	1.720.396,06		3.955.267,92	-520.000,00		620.000,00	1.200.396,06	1.200.396,06		4.575.267,92		
2.1.		Educação			725.554,61	1.240.503,06	1.240.503,06		575.429,92	-600.000,00		700.000,00	640.503,06	640.503,06		1.275.429,92		
2.1.1.		Educação não superior			725.554,61	1.240.503,06	1.240.503,06		575.429,92	-600.000,00		700.000,00	640.503,06	640.503,06		1.275.429,92		
2.1.1.	31	2002 I 31 AMPLIAÇÃO ESCOLA SEQUEIRO 1, CONSTRUÇÃO CANTINA E POLIVALENTE-SEQUEIRO	DPH/DM	02 07010305	57.796,20	1.009.759,35	1.009.759,35		575.429,92	-700.000,00		700.000,00	389.759,35	389.759,35		1.275.429,92		
2.1.1.	19	2003 I 62 AMPL., SEGURANÇA E CONS. EDIFÍCIOS ESCOLARES CONCELHO SANTO TIRSO	DM	02 07010305	667.758,41	150.743,71	150.743,71			100.000,00			250.743,71	250.743,71				
2.4.		Habituação e serviços colectivos				229.893,00	229.893,00		2.129.838,00	240.000,00		-240.000,00	469.893,00	469.893,00		1.889.838,00		
2.4.2.		Ordenamento do território				90.000,00	90.000,00		100.000,00	90.000,00		-90.000,00	180.000,00	180.000,00		10.000,00		
2.4.2.	32	2006 I 83 REQUALIFICAÇÃO URBANA VILA AVES - ALARG. PONTE SOBRE O RIO VIEIRA E RUA CORREIOS	DPH/DM	02 07010401		90.000,00	90.000,00		100.000,00	90.000,00		-90.000,00	180.000,00	180.000,00		10.000,00		
2.4.6.		Protecção do meio ambiente e conservação da natureza				139.893,00	139.893,00		2.029.838,00	150.000,00		-150.000,00	289.893,00	289.893,00		1.879.838,00		
2.4.6.	05	2010 I 30 PRU - NAVE MULTIFUSOS E FREITE RIO	DPH/DM	02 07010405		139.893,00	139.893,00		2.029.838,00	150.000,00		-150.000,00	289.893,00	289.893,00		1.879.838,00		
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos				250.000,00	250.000,00		1.250.000,00	-160.000,00		160.000,00	90.000,00	90.000,00		1.410.000,00		
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer				250.000,00	250.000,00		1.250.000,00	-160.000,00		160.000,00	90.000,00	90.000,00		1.410.000,00		
2.5.2.	03	2009 I 60 PRU - PARQUE URBANO RABADA - ÁREAS RECREIO E LAZER	DPH/DM	02 07010405		250.000,00	250.000,00		1.250.000,00	-160.000,00		160.000,00	90.000,00	90.000,00		1.410.000,00		
3.		Funções económicas			1.730.196,02	956.091,75	956.091,75			550.000,00			1.506.091,75	1.506.091,75				
3.2.		Indústria e energia			202.782,31	149.731,69	149.731,69			50.000,00			199.731,69	199.731,69				
3.2.	05	2006 I 261 MODERNIZAÇÃO REDES ABASTECIMENTO ENERGIA ELÉCTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	DM	02 07010404		149.731,69	149.731,69			50.000,00			199.731,69	199.731,69				
3.3.		Transportes e comunicações			1.527.413,71	806.360,06	806.360,06			500.000,00			1.306.360,06	1.306.360,06				
3.3.1.		Rede viária urbana e rural			1.527.413,71	806.360,06	806.360,06			500.000,00			1.306.360,06	1.306.360,06				
3.3.1.	019	2002 I 151 RECUPERAÇÃO PAVIMENTO DIVERSOS ARROAMENTOS CONCELHO SANTO TIRSO	DM	02 07010401	864.393,26	644.483,38	644.483,38			200.000,00			844.483,38	844.483,38				
3.3.1.	004	2002 I 226 INFRAESTRUTURAS NOS ARROAMENTOS CONCELHO SANTO TIRSO	DM	02 07010401	661.020,45	161.876,68	161.876,68			300.000,00			461.876,68	461.876,68				
TOTAL ...					3.257.702,70	3.038.012,51	3.038.012,51		4.103.267,92			650.000,00	3.038.012,51	3.038.012,51		4.753.267,92		

O PRESIDENTE DO ORGÃO EXECUTIVO


Em ____ de ____ de ____



ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

AR



REUNIÃO DE CÂMARA

Período de Antes da Ordem do Dia – 22-09-2010

Em Agosto de 2008 foi assinado um protocolo com a PT e anunciada a criação de 1200 postos de trabalho através da criação de um *Call Center*. Na informação disponibilizada à comunicação social é referida a existência de um protocolo celebrado entre a PT e o Instituto do Emprego e Formação Profissional para garantir contratos de trabalho sem termo. Face a esta informação importa hoje questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre o seguinte:

- Foi ou não celebrado o protocolo entre o IEFP e a PT?
- As pessoas recrutadas para trabalhar no *Call Center* de Santo Tirso foram contratadas pela PT? Qual o vínculo jurídico?

Na cerimónia foi referido que o edifício que acolheria o *Call Center* estaria concluído no prazo de 44 semanas, ou seja, em Julho de 2009. No entanto, só a 31 de Agosto este equipamento foi formalmente inaugurado.

De acordo com as notícias veiculadas pela comunicação social presente na cerimónia, o *Call Center* de Santo Tirso disporia de cerca de 500 posições de atendimento e iria criar 800 postos de trabalho. Zeinal Bava, Presidente Executivo da PT, confirma a criação de 800 postos de trabalho.

- Uma outra questão terá que ser colocada ao Senhor Presidente da Câmara: confirma a informação do Senhor Presidente da PT?

A verdade, é que o Senhor Presidente da Câmara, em entrevista à RTP 1, algumas semanas depois da cerimónia ~~de~~ inauguração, contradiz o Presidente da PT e continua a falar na criação de 1200 postos de trabalho. Na ~~mesma~~ entrevista o Senhor Presidente referiu expressamente que este investimento iria resolver 25%

dos problemas do emprego. Depreendemos que V. Exa. quisesse dizer que seriam resolvidos 25% dos problemas do desemprego.

Na mesma entrevista, V. Exa. afirma que para além do impacto de 25% no número de desempregados em Santo Tirso, este investimento iria e cito-o "dar resposta a muitos problemas do emprego na região...".

A verdade, senhor Presidente, é que segundo informações da PT Contact os números avançados pelo Eng.º Zeinal Bava (800 postos de trabalho) são de facto os números oficiais, e que no máximo, se prevê que este número possa atingir 850 postos de trabalho. Não está nem esteve nas previsões da PT a criação dos 1200 postos de trabalho! Confirma V. Exa. que parte dos postos de trabalho criados compreendem horários em *part-time* (20 e 30 horas, respectivamente)?

V. Exa. mentiu deliberadamente aos Tirsenses! V. Exa. utilizou dinheiros públicos em dezenas de *outdoors* com mensagens que sabia não corresponderem à verdade, com um único objectivo: **enganar para ganhar votos**.

V. Exa. utilizou abusivamente dinheiros de todos nós para uma acção de mera propaganda eleitoral. Num Estado de Direito este comportamento deveria dar lugar a um procedimento judicial, infelizmente....

Enquanto membro da AM (no mandato anterior) tive a oportunidade de saudar a PT por este investimento e de realçar a sua importância para Santo Tirso. Na mesma intervenção contraditei V. Exa. e afirmei (e reafirmo) que V. Exa. não conhecia e não conhece a realidade da população desempregada do concelho, e que o impacto do *Call Center* nunca seria superior a 10% do volume do desemprego registado.

Os números são claros e não deixam margem para dúvidas: em Setembro de 2009 (data da entrevista ao canal 1 da RTP) o Centro de Emprego de Santo Tirso registava 7.016 inscritos como desempregados. Com base nestes números, o *Call Center* de Santo Tirso, necessariamente teria que empregar cerca de 1750 pessoas.

É por isso pertinente colocar a seguinte questão ao Senhor Presidente: Um ano depois saberá V. Exa. dizer-nos quantas pessoas trabalham no *Call Center* de Santo Tirso? Saberá V. Exa. dizer-nos quantos Tirsenses nele exercem actividade profissional? Saberá V. Exa. dizer-nos qual o verdadeiro impacto no volume de desemprego, que em Julho de 2010 ~~atinge~~^{atinge} mais de 7100 Tirsenses?

Embora habituados ao silêncio de V. Exa. sobre questões incómodas, ficamos na expectativa dos devidos e justificados esclarecimentos, não por nós, mas pelo Tirsenses que foram enganados e merecem um cabal esclarecimento.

Santo Tirso, 22 de Setembro de 2010.



AR

[Handwritten signature]

e) Seguidamente pelo Senhor Presidente foi dito:-----

“Custou muito ao Partido Social Democrata, nomeadamente aos seus dirigentes políticos nacionais Dr. Paulo Rangel, Dr. Marco António, etc que a PT tivesse avançado com a criação do mais moderno Contact Center em Portugal.-----

Ainda nos recordamos das palavras depreciativas do Presidente da Comissão Política Distrital do Porto do Partido Social Democrata, que de forma sibilina criticou a iniciativa da PT com o apoio do Governo.-----

Também nos recordamos das palavras do líder da lista de euro deputados do Partido Social Democrata, Dr. Paulo Rangel, que em plena campanha tentou denegrir as obras que estavam a ser executadas afirmando coisas verdadeiramente inconcebíveis.-----

São muitas as declarações públicas do Partido Social Democrata nacional, distrital e local que sem qualquer razão de ser apontavam no sentido de que a criação do Contact Center era uma mistificação.-----

Viram-se os resultados!-----

Passado um ano do seu funcionamento são muitas as centenas de trabalhadores no Contact Center de Santo Tirso por muito que custe ao Partido Social Democrata local, que parecer ainda ser o único que continua a olhar para trás, como sempre o fez.-----

O Partido Social Democrata com as sucessivas declarações tentou desvalorizar o maior investimento privado feito no Concelho de Santo Tirso nos últimos anos. O maior investimento com a criação, já, de quase oitocentos postos de trabalho na grande maioria “a tempo inteiro”.-----

Esta é a grande realidade para a população de Santo Tirso que nunca se deixou enganar com as loas de falsos profetas quais ignorantes de sensibilidade social reduzida, sempre procurando a política de terra queimada de maledicências pública.-----

Ameaças, queixas, queixas-crime encapotadas, sempre estivemos habituados a estas degenerescências democráticas por quem não tem qualquer ética política para chamar a atenção de



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

quem quer que seja, porque até hoje não deram provas de nada a não ser da sua incompetência política.-----

Não vamos perder mais tempo com as declarações como a anterior enquanto se mantiver uma postura arruaceira a que nos vimos habituando em sucessivas declarações políticas”.-----

Reunião : ORDINÁRIA

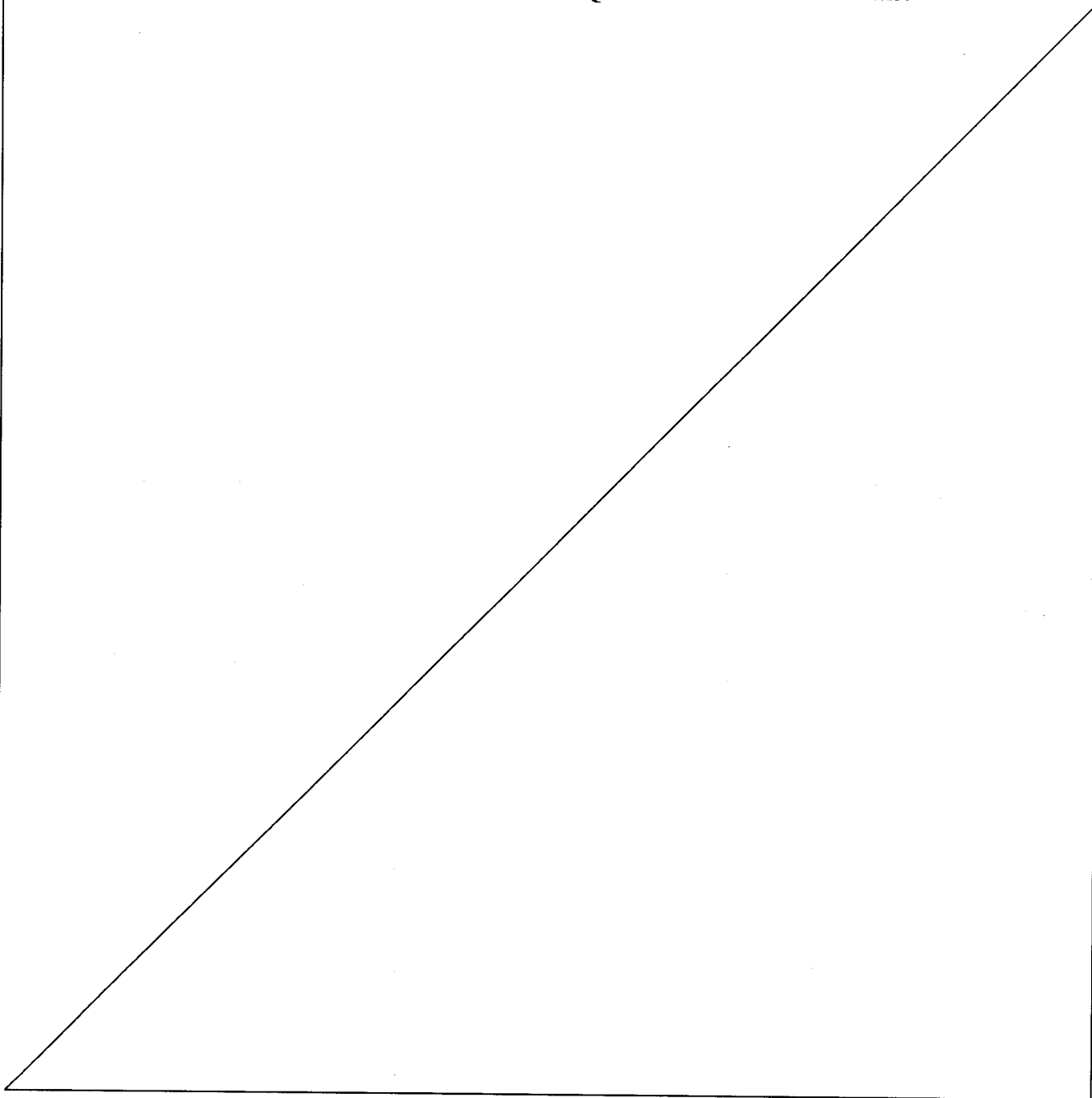


Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 20 Fl. 24
22 de Setembro de 2010

[Handwritten signature]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22/SETEMBRO/2010 – ACTA Nº 20

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

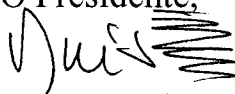
ORDEM DO DIA

- 1 - Aprovação da acta da última reunião ordinária (8/09/2010)
- 2 – Lançamento de Derrama para o ano de 2011
- 3 – Participação do município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do município de Santo Tirso
- 4 – Taxa do Imposto Municipal sobre imóveis (IMI) a aplicar aos prédios urbanos no ano de 2011
- 5 – Elevação da Freguesia de Roriz à categoria de Vila: Proposta de Parecer Favorável
- 6 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010 – Modificação n.º 10: Pedido de autorização à assembleia municipal para inscrição de verbas no ano de 2011 e 2012
- 7 – Aquisição de 100 acções da PRIMUS MGV – Agência de Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A. à Área Metropolitana do Porto: Pedido de autorização à Assembleia Municipal
- 8 – Proposta de adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras: Pedido de Autorização à Assembleia Municipal
- 9 - Contrato de Prestação de Serviços tendo por objecto a “Revisão do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil do Concelho de Santo Tirso”: Autorização da Assembleia Municipal para assunção de encargos em mais de que um ano económico
- 10 – 1ª Revisão ao Contrato-Programa celebrado com a Administração Regional de Saúde do Norte, IP, tendo por objecto a Construção da Extensão de Saúde de S. Martinho do Campo: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara

- 11 - 1ª Revisão ao Contrato-Programa celebrado com a Administração Regional de Saúde do Norte, IP, tendo por objecto a Construção da Extensão de Saúde de Areias: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
 - 12 – Empreitada: “Construção de Centro Escolar da Costa – Roriz”: Declaração da Câmara Municipal a atestar, que, tecnicamente, os “elementos da solução da obra a realizar” disponibilizados às empresas convidadas são os necessários e suficientes à boa execução da obra
 - 13 - Acordo de Cooperação celebrado entre o Município de Santo Tirso, a Direcção Regional de Educação do Norte e o Centro Regional de Segurança Social do Norte, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar: Manutenção para o Ano Lectivo 2009/2010: Ratificação
 - 14 – Outros Subsídios
- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 17 de Setembro de 2010

! O Presidente,



Nota: Pelo Senhor Presidente foi dito que retirava de reunião o assunto constante do item 3 – Participação do município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município de Santo Tirso



Ac

[Handwritten signature]

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (08/09/2010).----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia oito do corrente mês de Setembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----

[Large diagonal line crossing the page, likely indicating a signature or approval mark.]



2. LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE DOIS MIL E ONZE.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, tendo em conta o disposto no artigo 53º, n.º 2, alínea f), da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e no artigo 14º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), deliberasse propor à Assembleia Municipal o lançamento, no próximo ano, de uma derrama de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do município de Santo Tirso, para reforçar a capacidade financeira do município de forma a permitir a melhor prossecução das suas atribuições.-----

No momento da discussão da proposta, pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi dito:-----

“Queremos expressar um voto de protesto pelo incumprimento da Lei e do estatuto da oposição, já que lhes foi sonegada informação, nomeadamente, quanto à percentagem aqui proposta, ficando por isso os Vereadores do Partido Social Democrata, como é desejável e exigível, impedidos de apreciar a proposta, sobre ela reflectir e com coerência participar na sua votação e eventualmente contrapondo com outros valores. Face ao sucedido os Vereadores do Partido Social Democrata não participarão na votação deste ponto da ordem do dia”.-----

Seguidamente pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito:-----

“Os Senhores Vereadores do Partido Social Democrata numa nova estratégia, desconhecendo da Lei, inventaram agora que as propostas têm de ser apresentadas previamente à reunião da câmara. A ser verdade tal os Senhores Vereadores do Partido Social Democrata nunca poderiam apresentar contrapropostas em reunião, como têm feito regularmente. A lei diz que o que é obrigatório levar ao conhecimento dos participantes na reunião do executivo é o item respectivo da ordem do dia. As propostas podem ser apresentadas em reunião e debatidas, tal como as contrapropostas. Não há aqui portanto qualquer atitude ilegal da minha parte ao agendar este assunto e apresentar hoje o valor de 1,5%, que foi proposto, e que pode ser contraproposto por qualquer um dos Senhores Vereadores. Outro sim, e por razões democráticas queremos esclarecer que neste tipo



Ac

de sessões e neste órgão os Vereadores não podem recusar-se a participar nas votações. Este sim é um acto profundamente anti-democrático”.-----

Seguidamente pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi dito:-----

“Reiteramos o protesto que fizemos e informamos que no ano anterior a informação que para esta sessão nos foi sonogada, nos foi previamente enviada. Ou seja, se no ano anterior a câmara, e muito bem, nos fez chegar a informação relativa a este ponto, não há nenhuma razão atendível que justifique uma alteração no procedimento. Isto porque os Senhores Vereadores do Partido Socialista têm acesso prévio a esta informação, ao contrário os Vereadores do Partido Social Democrata ficaram impedidos previamente de a conhecer. Isto, além de não ser justo e equitativo é que é verdadeiramente anti-democrático e viciador das regras do jogo”.-----

Seguidamente pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito:-----

“Para esclarecimento recordamos que o que foi presente à reunião foi uma proposta, tal como o Partido Social Democrata pode fazer a sua, e não uma informação, pelo que também neste caso, como em outros, não tem que haver acesso prévio a informação ou proposta porque a lei a isso não obriga. E muito menos esta é uma questão de justiça ou de equidade. A isto chama-se verdadeira Confusão de Conceitos”.-----

Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi dito que não participavam na votação deste ponto.-----

Neste momento, eram cerca de onze e trinta minutos, os Senhores Vereadores do Partido Social Democrata ausentaram-se da reunião.-----

A proposta do Senhor Presidente foi aprovada com cinco votos a favor, dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 20 Fl. 30
22 de Setembro de 2010

Ar

67

Após a votação do ponto que antecede, compareceram novamente na reunião os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----



3. TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A APLICAR AOS PRÉDIOS URBANOS NO ANO DE 2011.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse propor à Assembleia Municipal que, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (aprovado pelo Decreto – Lei 287/2003, de 12 de Novembro), aprove as seguintes taxas do imposto municipal sobre imóveis a aplicar aos prédios urbanos do concelho de Santo Tirso no ano de 2010:

- prédios urbanos a que se refere o artigo 16º do Decreto-Lei 287/2003 (alínea b) do n.º 1 do artigo 112º do CIMI)-----0,7 %;

- prédios urbanos novos e prédios urbanos a que se refere o n.º 1 do artigo 15º do mesmo Decreto-Lei (avaliados nos termos do CIMI – alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo 112º)-----0,4 %.

O Senhor Presidente propôs ainda que a assembleia municipal deliberasse manter a majoração em 30% (trinta por cento) da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, conforme deliberação da assembleia municipal de vinte e seis de Abril de dois mil e sete, mediante proposta aprovada pela câmara municipal em reunião de dezoito do mesmo mês de Abril.-----

Após a apresentação da proposta, os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata referiram que mantinham o protesto formulado a propósito do item anterior, dando-o aqui como reproduzido a propósito deste ponto.-----

De igual modo, o Senhor Presidente referiu que dava aqui como reproduzidas as declarações que fez a propósito do ponto anterior.-----

Neste momento, eram cerca de onze horas e trinta e cinco minutos, os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata ausentaram-se da reunião.

A proposta constante do item três foi aprovada com cinco votos a favor, dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Reunião : ORDINÁRIA

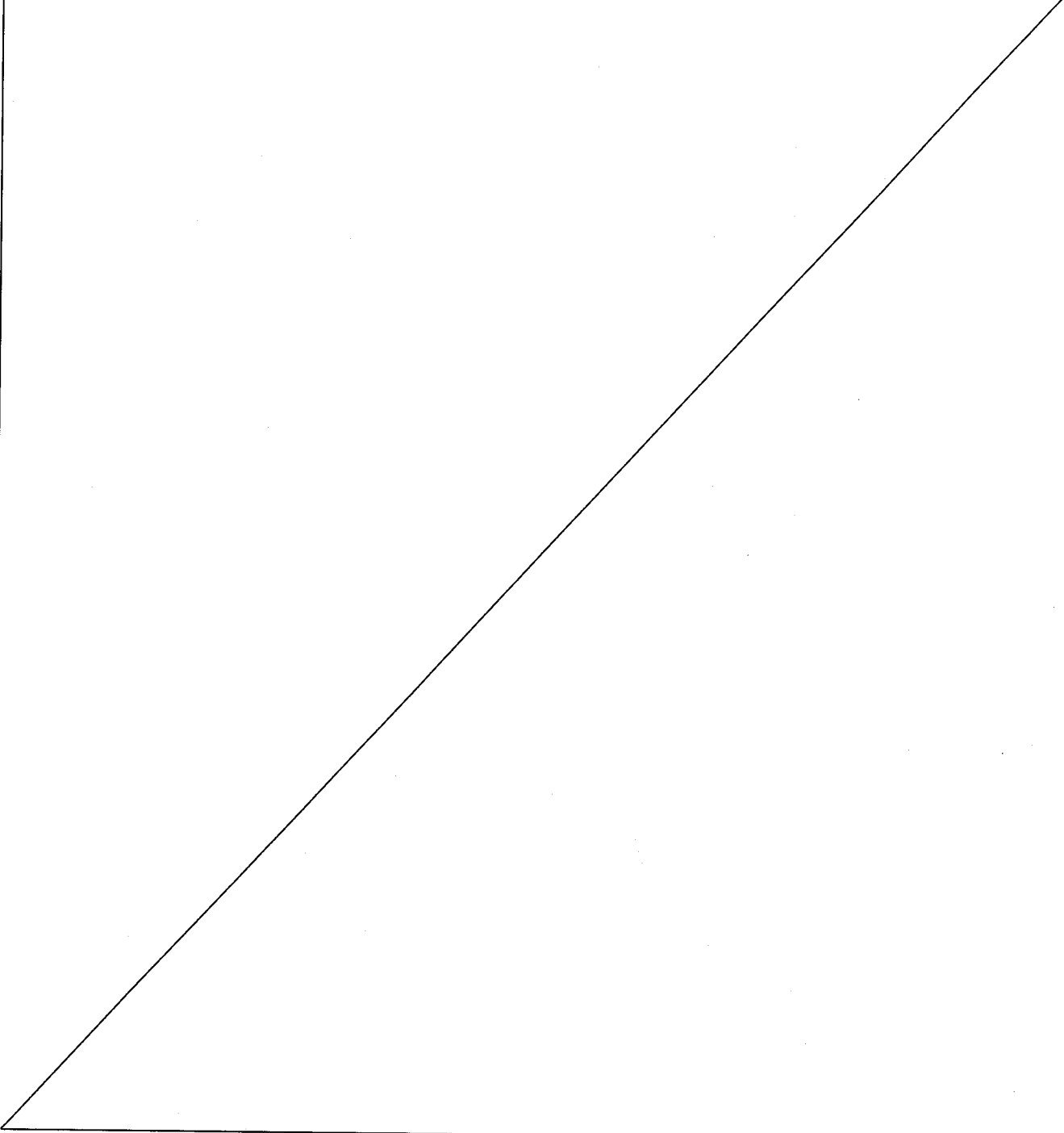


Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 20 Fl.32
22 de Setembro de 2010

Ar

Após a votação do ponto que antecede, compareceram novamente na reunião os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----





Ac
h

4. ELEVAÇÃO DE FREGUESIA DE RORIZ À CATEGORIA DE VILA: PROPOSTA DE PARECER FAVORÁVEL.-----

Presente o Projecto de Lei 339/X – “Elevação de Roriz, no município de Santo Tirso, à categoria de Vila”, da iniciativa do Partido Socialista, para efeitos de parecer da câmara municipal.---

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Face à exposição de motivos que constam daquele Projecto de Lei, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, e de harmonia com a informação técnica de vinte e um do corrente mês de Setembro, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes duas folhas, proponho que a câmara municipal dê parecer favorável à proposta de elevação da freguesia de Roriz à categoria de Vila, remetendo cópia desta deliberação à assembleia municipal para efeitos do parecer desse órgão deliberativo.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“O Partido Social Democrata votou favoravelmente esta proposta, já que a conhecia e acha que esta freguesia é de facto merecedora do estatuto de Vila, desejando que sejam feitos os necessários investimentos que esta freguesia carece para que além da auto-estima dos rorizenses se traduza numa melhoria significativa da sua qualidade de vida”.-----

DESPACHO

10, 9, 21

O Presidente

Castro Fernandes

INFORMAÇÃO

2010/09/21

O Técnico

Mariana Gomes

No seguimento da recepção do projecto de Lei referido em assunto, cumpre informar que:

- A proposta apresentada dá cumprimentos aos requisitos previstos na Lei 11/82 de 02 de Junho;

- Se considera a proposta genericamente bem fundamentada, dando integralmente resposta aos itens legalmente exigidos;

- A proposta de elevação de Roriz a vila é válida tanto pelas razões invocadas (dando cumprimento ao exigido por lei), como por outras, que não sendo obrigatoriedade legal, justificam ainda mais a presente proposta, designadamente:

- O Centro Escolar da Costa Roriz, que entrará brevemente em funcionamento, e que irá oferecer aos estudantes da freguesia melhores condições de estudo e aprendizagem;
- O elevado número de colectividades existentes, de onde se destacam: o Corpo Nacional de Escutas de Roriz – Agrupamento n.º 502; a União Desportiva e Social de Roriz; o Centro de Acolhimento Social de Apoio à Terceira Idade de Roriz; a Comissão da Fábrica da Igreja de S. Pedro de Roriz; Rancho Etnográfico de Santa Maria de Negrelos; o Rancho Etnográfico de S. Pedro de Roriz; a Associação de Pais da Escola da Ribeira; a Associação de Pais da Escola da Costa; a CoopRoriz (fonte: página electrónica da Junta de Freguesia de Roriz);

De realçar também a relevância do património histórico e cultural de Roriz que estão na génese da sua fundação, e que permanecem como testemunhos que ultrapassam as fronteiras da própria freguesia: a Igreja de S. Pedro de Roriz, classificada como monumento nacional em 1910, a Casa do Mosteiro e a Pintura a Fresco da capela-mor da Igreja de Santa Maria de Negrelos, ambos classificados como imóveis de interesse público em 1982 e 1957, respectivamente.

Os Mosteiros de Singeverga e de Santa Escolástica têm também um lugar de destaque área da cultura, quer pela produção de iguarias conventuais, quer pela sua tradicional ligação artística à área do restauro, música litúrgica e coleccionismo, entre outros.

De referir ainda que a freguesia de Roriz tinha, em 31 de Dezembro de 2009, 3.501



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

35

Ar

eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, conforme mapa n.º 5/2010 da Direcção-Geral da Administração Interna, publicado no Diário da República, 2ª série, de 03 de Março de 2010.

Neste contexto, julga-se de aprovar a presente proposta.

[Handwritten signature]

SISTEMA CERTIFICADO

eiC

ISO 9001

certificação

acreditada

IRQC

Serviços de Obras
Particulares, Acção
Social e Alendimento
Geral e Actividades de
Gestão Administrativa,
Recursos Humanos,
Apoio Jurídico e Compras



Ac

Reunião : ORDINÁRIA

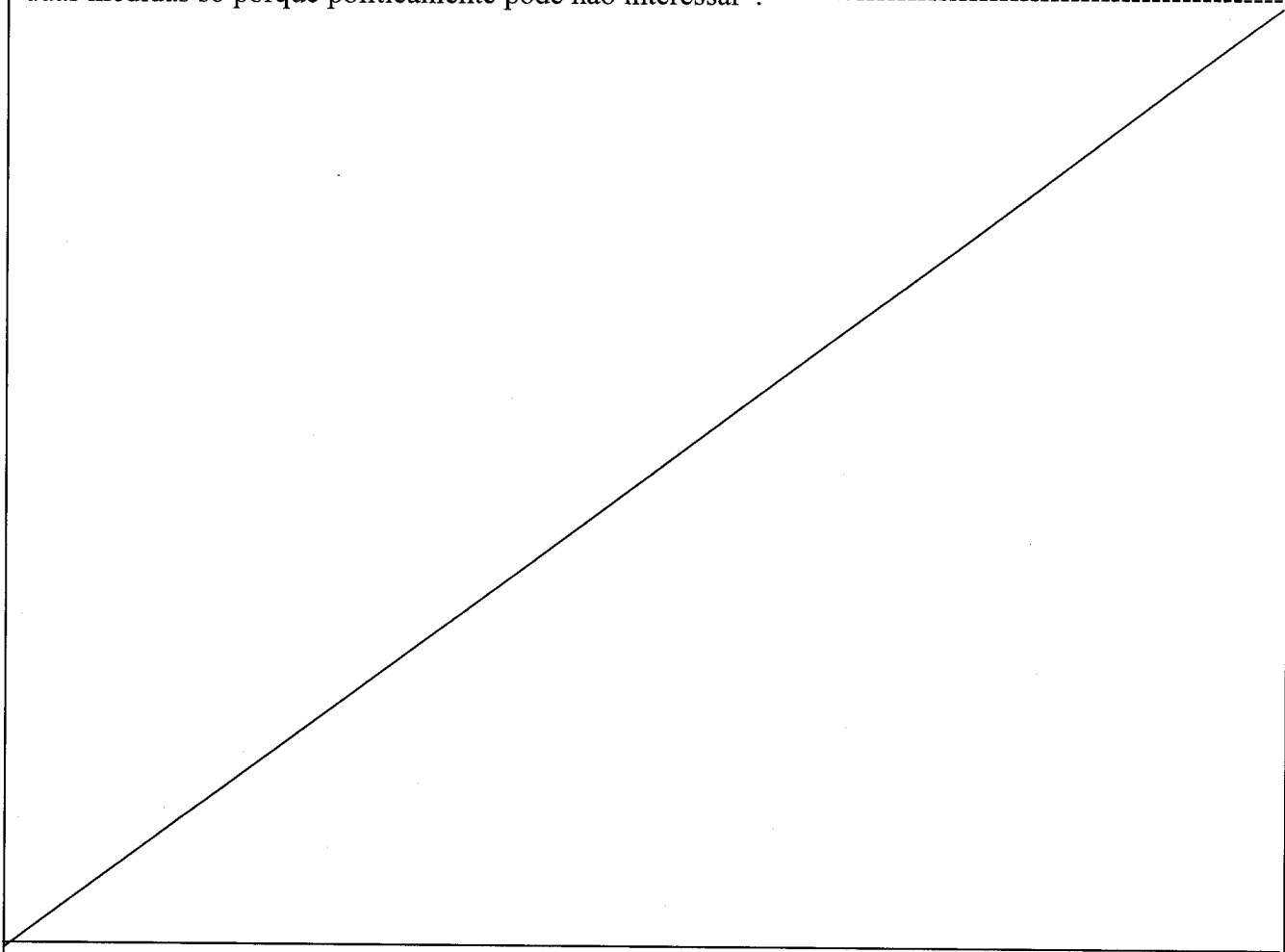
Câmara Municipal de Santo Tirso

67

Pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente o parecer para a elevação da freguesia de Roriz à categoria de Vila, porque entendemos que estão reunidas as condições legais para que a Assembleia da República o delibere.”-----

Recordamos que “não é vila quem quer, é vila quem pode” e Roriz reúne todas as condições para que tal posição seja tomada. Votamos também favoravelmente por uma questão de coerência, independentemente de haver propostas ou informações anteriores. Não temos dois pesos e duas medidas só porque politicamente pode não interessar”.-----





5. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2010 – MODIFICAÇÃO N.º 10 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INSCRIÇÃO DE VERBAS NO ANO DE 2011 E 2012.-----

Presente informação da Divisão de Gestão Financeira, de vinte e um do corrente mês de Setembro, registada com o número dez mil duzentos e quarenta e quatro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Em anexo à aludida informação consta a 10ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dez, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo as subsequentes quatro folhas da presente acta.

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse aprovar a 10ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para dois mil e dez, que consiste na 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e solicitar à assembleia municipal a aprovação dessa revisão, que consubstancia a inscrição de verbas nos anos económicos seguintes ao ano em curso (2011 e 2012), relativamente aos seguintes projectos:-----

- “Extensão de Saúde de S. Martinho (projecto 54/2008) – inscrição de verba no montante de 407.170,61 € (quatrocentos e sete mil cento e setenta euros e sessenta e um cêntimos) no ano de dois mil e onze.-----

É também alterada a data de fim de execução do projecto que passa de trinta e um de Dezembro de dois mil e dez para trinta de Junho de dois mil e onze.-----

- “Extensão de Saúde de Caldas da Saúde” (projecto 56/2008) – inscrição de verba no montante de 550.000,00 € (quinhentos e cinquenta mil euros) no ano de dois mil e onze.-----

- “Construção do Novo Edifício Escolar lugar de Macabio – Roriz” (projecto 62/2006) – inscrição de verba no montante de 152.965,44 € (cento e cinquenta e dois mil novecentos e sessenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos), no ano de dois mil e onze.-----

É também alterada a data de fim de execução do projecto para vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze.-----



Ar

h

- “PRU – Percurso Margens do Ave” (projecto 29/2010) – inscrição de verba no montante de 682.133,89 € (seiscentos e oitenta e dois mil cento e trinta e três euros e oitenta e nove centimos) no ano de dois mil e doze.-----

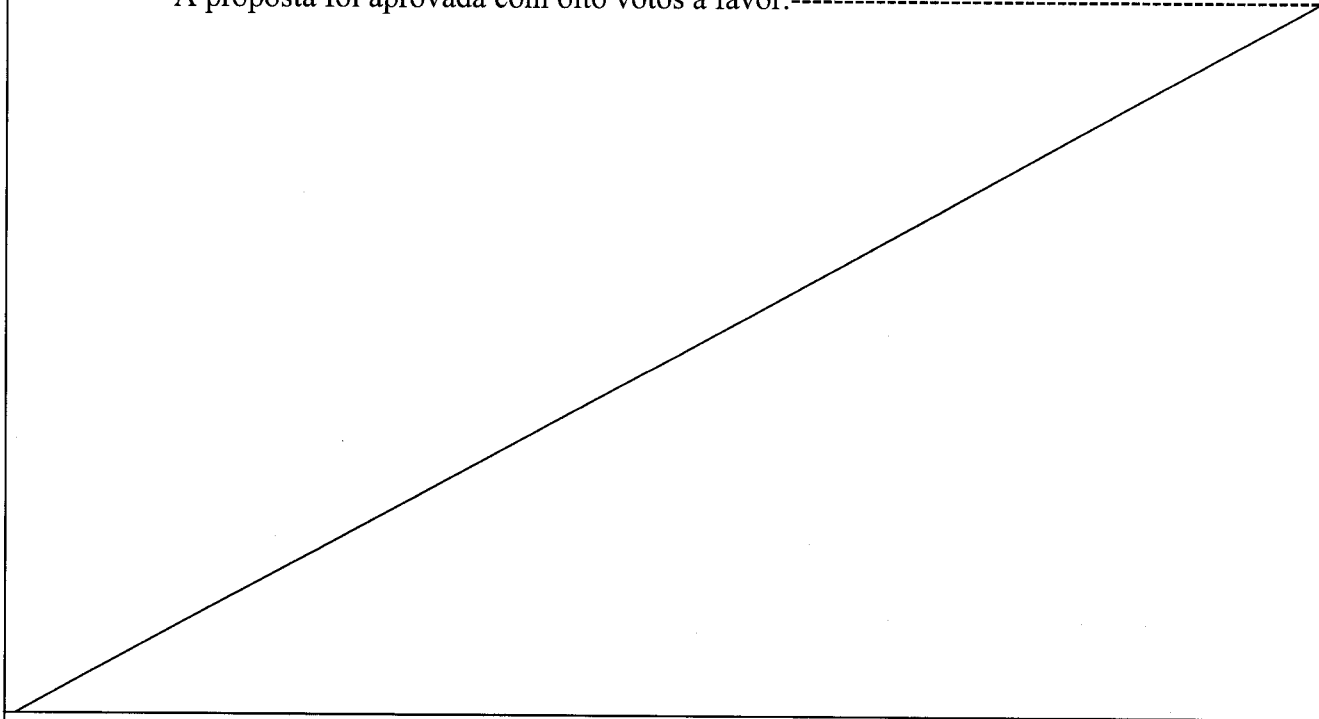
É também alterada a data de fim de execução do projecto que passa de trinta e um de Dezembro de dois mil e onze para vinte e nove de Fevereiro de dois mil e doze.-----

- “Museu Internacional de Escultura Contemporânea” (projecto 72/2007) – inscrição de verba no montante de 314.850,11 € (trezentos e catorze mil oitocentos e cinquenta euros e onze centimos) no ano de dois mil e onze.-----

É também alterada a data de fim de execução do projecto que passa de trinta e um de Dezembro de dois mil e dez para trinta e um de Dezembro de dois mil e onze. -----

- “Ampliação Escola de Sequeirô 1, Construção de Cantina e Polivalente” (projecto 31/2002) – inscrição de verba no montante de 1.275.429,92 € (um milhão duzentos e setenta e cinco mil quatrocentos e vinte e nove euros e noventa e dois centimos) no ano de dois mil e onze.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

39

Ar

f

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2010

MODIFICAÇÃO N.º 10

REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS N.º2

Setembro 2010

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2010 Data Aprovação :

Pagina: 1

Tipo de Modificação : ROD - REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 2		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010305		Escolas	8.090.140,97		
02	07010307		Outros	1.098.401,63		
02	07010405		Parques e jardins	2.634.213,79		
02	070115		Outros investimentos	1.134.648,65		
Total de Aumentos/Diminuições:						
Tipo de Modificação : RPI - REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 2		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010305	2002 I 31	AMPLIAÇÃO ESCOLA SEQUEIRO 1, CONSTRUÇÃO CANTINA E	389.759,35		
02	07010305	2006 I 62	CONSTRUÇÃO NOVO EDIFÍCIO ESCOLAR LUGAR MACABIO-ROR	1.535.013,36		
02	070115	2007 I 72	MUSEU INTERNACIONAL ESCULTURA CONTEMPORÂNEA - PROJ	21.067,50		
02	07010307	2008 I 54	EXTENSÃO SAÚDE S. MARTINHO	849.289,08		
02	070115	2008 I 56	EXTENSÃO SAÚDE CALDAS SAÚDE	659.484,40		
02	07010405	2010 I 29	PRU - PERCURSO MARGENS AVE	1.085.000,60		
Total de Aumentos/Diminuições:						
Total Geral :						

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1	
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 10		REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA		NUMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO DE 2010 DATA DE APROVAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS				DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO	O B S
ORGÂNICA	ECONÔMICA			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
02		CÂMARA MUNICIPAL					
	07	Aquisição bens capital	12.957.405,04			12.957.405,04	
	0701	Investimentos	12.957.405,04			12.957.405,04	
	070103	Edifícios	12.957.405,04			12.957.405,04	
	07010305	Escolas	9.188.542,60			9.188.542,60	
	07010307	Outros	8.090.140,97			8.090.140,97	
	070104	Construções diversas	1.098.401,63			1.098.401,63	
	07010405	Parques e jardins	2.634.213,79			2.634.213,79	
	070115	Outros investimentos	2.634.213,79			2.634.213,79	
			1.134.648,65			1.134.648,65	
TOTAL ...			12.957.405,04			12.957.405,04	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES							
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...							

Em ____ de ____ de ____

Aprovada em reunião de ____

O Presidente da Camara, _____

Os Vereadores:

A.C.

MODIFICAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ENTIDADE

C.N.S. TIRSO

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 10 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2010
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 2

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROG. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEQUENTE				
						ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		
						TOTAL	DEFINITIVA	NÃO DEFINIDA	DEFINITIVA	NÃO DEFINIDA	2011	SEGUINTE	TOTAL	DEFINITIVA	NÃO DEFINIDA	2011	SEGUINTE
2.		Funções sociais			353.856,37	4.681.214,29	4.681.214,29		5.872.600,93		467.815,55	682.133,89	4.681.214,29	4.681.214,29		6.340.416,48	682.133,89
2.1.		Educação			189.111,87	1.924.772,71	1.924.772,71		1.275.429,92		152.965,44		1.924.772,71	1.924.772,71		1.428.395,36	
2.1.1.		Ensino não superior			189.111,87	1.924.772,71	1.924.772,71		1.275.429,92		152.965,44		1.924.772,71	1.924.772,71		1.428.395,36	
2.1.1.1.	31	AMPLIAÇÃO ESCOLA SEQUEIRO 1,	DPH/DOM	02 07010305	57.796,20	389.759,35	389.759,35		1.275.429,92				389.759,35	389.759,35		1.275.429,92	
		CONSTRUÇÃO CANTINA E															
		POLIVALENTE-SEQUEIRO															
2.1.1.1.	09	CONSTRUÇÃO MONO EDIFÍCIO	DOM	02 07010305	131.315,67	1.535.013,36	1.535.013,36				152.965,44		1.535.013,36	1.535.013,36		152.965,44	
		ESCOLAR LUGAR MACABO-HORIZ															
2.2.		Saúde			160.812,00	1.650.373,48	1.650.373,48		957.170,61				1.650.373,48	1.650.373,48		957.170,61	
2.2.1.		Serviços individuais de saúde			160.812,00	1.650.373,48	1.650.373,48		957.170,61				1.650.373,48	1.650.373,48		957.170,61	
2.2.1.1.	03	EXTENSÃO SAÚDE S. MARTINHO	DPH/DH/DOM	02 07010307	80.784,00	990.889,08			407.170,61				990.889,08			407.170,61	
2.2.1.1.	03			02 070101			849.289,08							849.289,08			
2.2.1.1.	03			02 070101			141.600,00							141.600,00			
2.2.1.1.	05	EXTENSÃO SAÚDE CALDAS SAÚDE	DPH/DOM	02 070115	80.028,00	659.404,40	659.404,40		550.000,00				659.404,40	659.404,40		550.000,00	
2.4.		Habituação e serviços				1.085.000,60	1.085.000,60		3.640.000,40			682.133,89	1.085.000,60	1.085.000,60		3.640.000,40	682.133,89
		colectivos															
2.4.6.		Protecção do meio ambiente e				1.085.000,60	1.085.000,60		3.640.000,40			682.133,89	1.085.000,60	1.085.000,60		3.640.000,40	682.133,89
		conservação da natureza															
2.4.6.	04	PRO - PERCURSO MARGENS AVE	DPH/DOM	02 07010405		1.085.000,60	1.085.000,60		3.640.000,40			682.133,89	1.085.000,60	1.085.000,60		3.640.000,40	682.133,89
2.5.		Serviços culturais,			3.932,50	21.067,50	21.067,50				314.850,11		21.067,50	21.067,50		314.850,11	
		recreativos e religiosos															
2.5.1.		Cultura			3.932,50	21.067,50	21.067,50				314.850,11		21.067,50	21.067,50		314.850,11	
2.5.1.1.	04	MUSEU INTERNACIONAL ESCULTURA	DPH/DOM	02 070115	3.932,50	21.067,50	21.067,50				314.850,11		21.067,50	21.067,50		314.850,11	
		CONTEMPORÂNEA - PROJECTO															
TOTAL ...					353.856,37	4.681.214,29	4.681.214,29		5.872.600,93		467.815,55	682.133,89	4.681.214,29	4.681.214,29		6.340.416,48	682.133,89

O PRESIDENTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____



6. AQUISIÇÃO DE 100 ACÇÕES DA SOCIEDADE DESIGNADA “PRIMUS – PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, EMT, S.A. À ÁREA METROPOLITANA DO PORTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente ofício de quatro de Agosto findo da Área Metropolitana do Porto, registado com o número oito mil novecentos e sessenta e um, a solicitar o envio das deliberações dos órgãos municipais (câmara e assembleia municipais) relativas à aquisição à Área Metropolitana do Porto de 100 acções da Sociedade actualmente denominada “PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT,S.A., pelo valor nominal de 4,99 €/cada, num total de 499,00 € (quatrocentos e noventa e nove euros).-----

O assunto vem informado pela Divisão Jurídica e do Contencioso, conforme informação de dezassete do corrente mês de Setembro, registada com o número dez mil cento e dezanove, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando a fundamentação constante da aludida informação da Divisão Jurídica e do Contencioso;-----

Considerando o teor do Estudo de Viabilidade Económica – Financeira da PRIMUS, que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo o Anexo I da mesma, composto por vinte e sete folhas;-----

Considerando o teor dos estatutos da identificada sociedade, publicados no Diário da República, III Série, n.º 123, de 27 de Maio de 1999, que foram posteriormente alterados no que se refere ao capital social, conforme publicação constante do Diário da República, III Série, n.º 267, de 18 de Novembro de 2003;-----

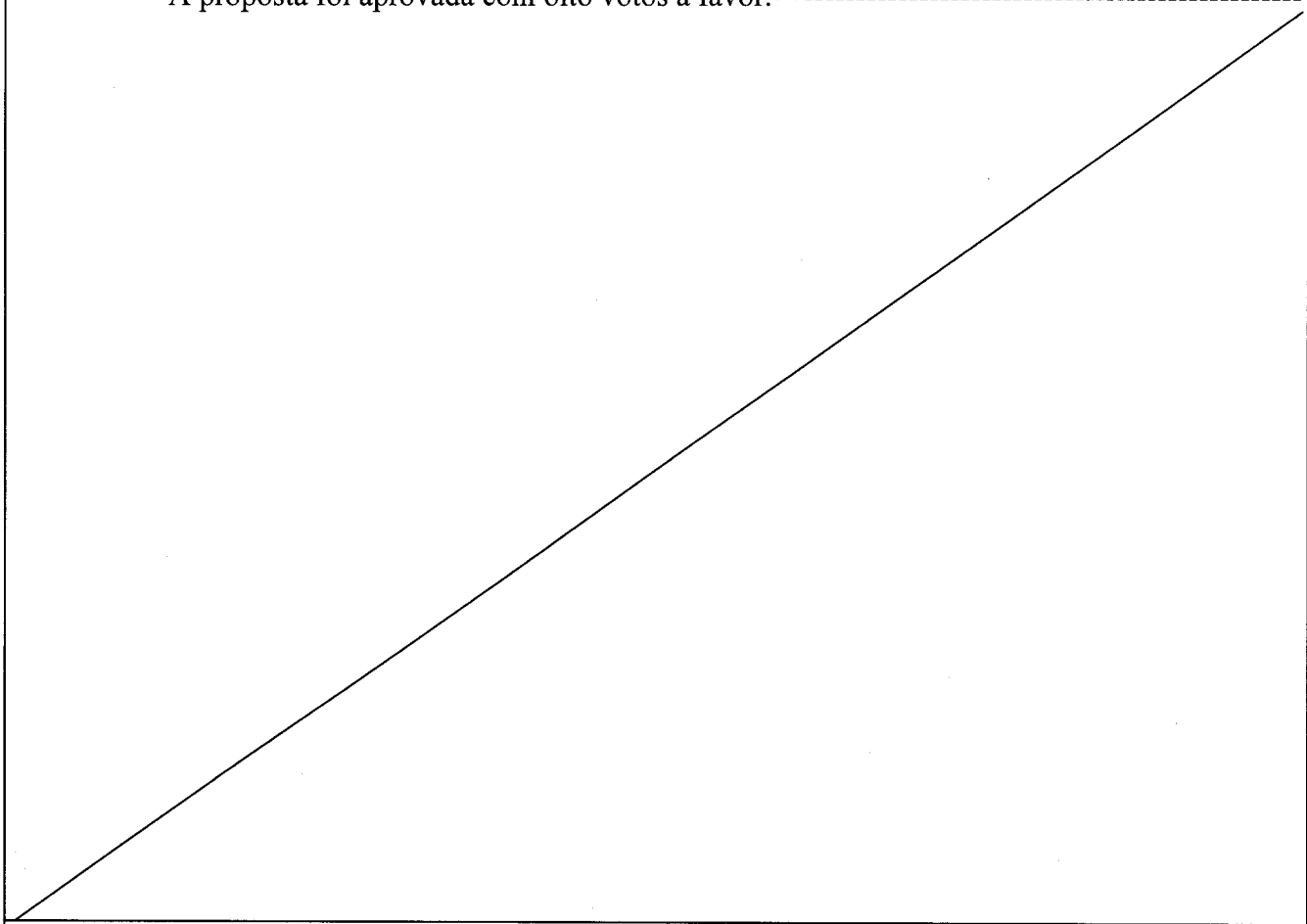
Considerando que a respectiva despesa tem suficiente dotação orçamental na rubrica com a classificação económica 090702, conforme proposta de cabimento n.º 3432/2010, de dezassete do corrente mês de Setembro;-----



Am
[Signature]

Proponho que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de dezoito de Setembro, delibere propor à assembleia municipal, nos termos do disposto nos artigos 53º, n.º 2, alínea l) da referida Lei 169/99 e 8º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, autorizar a participação do Município de Santo Tirso no capital social da “PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A.”, pessoa colectiva n.º 504 558 161, com sede na Av. dos Aliados, n.º 236, 4º Esq., mediante a aquisição, à Área Metropolitana do Porto (AMP), de 100 acções no valor nominal de 4,99 €/cada, num total de 499,00 € (quatrocentos e noventa e nove euros) e nas condições constantes dos referidos estatutos que aqui se dão por inteiramente transcritos para todos os efeitos legais.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





7. PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente informação do Departamento de Educação, Desporto e Acção Social, de doze de Agosto findo, registada com o número dez mil e oitenta e nove, a submeter à aprovação da câmara municipal a proposta de adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e, por inerência, à rede Territorial das Cidades Educadoras.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando que a Associação Internacional das Cidades Educadoras – AICE é uma estrutura permanente de colaboração entre os governos das cidades, interessados no cumprimento dos princípios estabelecidos na Carta das Cidades Educadoras (Artigo 4º dos estatutos daquela Associação);-----

Cidade Educadora é a que desenvolve intencional e coordenadamente uma política de formação e integração de todos os seus habitantes, conjugando as suas políticas relativas à Educação formal e não formal, à Saúde, ao Ambiente, Habitação, etc.;-----

Os objectivos da AICE são:-----

- a) Proclamar e reclamar a importância da educação na cidade;-----
- b) Pôr em relevo as vertentes educativas dos projectos políticos das cidades associadas;---
- c) Promover, inspirar, fomentar, zelar pelo cumprimento dos princípios reconhecidos na Carta das Cidades Educadoras (Declaração de Barcelona), nas cidades membros, assim como assessorar e informar os membros sobre o fomento e implantação dos mesmos;-----
- d) Representar os Associados na realização dos fins associativos, relacionando-se e colaborando com organizações internacionais, estados, entidades territoriais de todo o tipo, de maneira que a AICE seja um interlocutor válido e significativo nos processos de influência, negociação, decisão e redacção;-----



AK
7

e) Estabelecer relação e colaboração com outras associações, federações, agrupamentos, redes territoriais e grupos, em especial, de cidades com problemáticas afins;-----

f) Cooperar em todos os âmbitos territoriais, tendo como marco, os fins da presente associação;-----

g) Impulsionar a adesão à Associação de cidades de todo o mundo;-----

h) Impulsionar o aprofundamento do conceito de Cidade Educadora e suas aplicações concretas nas políticas das cidades através de intercâmbio, de encontros, de projectos comuns, de congressos e de todas as actividades e iniciativas que reforcem os laços entre as cidades associadas, no âmbito das delegações, redes territoriais, redes temáticas, e outros agrupamentos.-----

A AICE tem como órgãos estatutários a Assembleia Geral, formada pelos representantes de todas as cidades associadas; Comité Executivo, eleito pela Assembleia Geral; Presidente, designado pelo Comité Executivo; e Secretariado;-----

A sede da AICE está localizada na cidade de Barcelona, Espanha;-----

A adesão do município à AICE implica, por inerência, a sua integração na Rede Portuguesa das Cidades Educadoras, que actualmente conta com trinta e oito cidades aderentes, e é uma instância de coordenação e fomento das actividades promotoras dos princípios das AICE a nível nacional e municipal;-----

Entre os objectivos desta Rede Territorial constam:-----

- Promover quatro encontros anuais para a permuta de experiências e trabalho em rede;---
- Organizar a representação portuguesa aos congressos internacionais;-----
- Divulgar a informação das cidades membro através de Boletim.-----

Cada uma das redes territoriais estabelece a sua organização e funcionamento de acordo com os estatutos da Associação, sendo coordenada por uma Comissão de Coordenação, composta por sete municípios membros da Rede e da AICE;-----

A adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras implica o pagamento de uma quota anual, calculada em função da área geográfica da cidade aderente, PIB do respectivo país e



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

número de habitantes do município, sendo que actualmente essa quota, no que respeita ao município de Santo Tirso, será de 330,00 € (trezentos e trinta euros);-----

A respectiva despesa tem suficiente dotação orçamental na rubrica com a classificação económica 06020305, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3438/2010 de vinte e um do corrente mês de Setembro.-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere propor à Assembleia Municipal o seguinte:-----

A) Que o município subscreva os valores e princípios constantes da Carta das Cidades Educadoras, cujo texto se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, composto por oito folhas;-----

B) Que a assembleia municipal, nos termos do disposto no artigo 53º, n.º 2, alínea m) da referida Lei 169/99, autorize o município a aderir à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e, por inerência, à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, nos termos dos estatutos da identificada Associação e dos Regimentos da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras e da respectiva Comissão de Coordenação, documentos dos quais igualmente se anexam cópias à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo os Anexos III, composto por doze folhas, IV, composto por três folhas, e V, também composto por três folhas.-----

Anexa-se também à presente acta cópia do Regulamento do Boletim da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, que constitui o Anexo VI, composto por três folhas.-----

O Senhor Presidente propôs ainda que a câmara municipal, face ao disposto no artigo 5º dos estatutos da AICE, deliberasse autorizar o Presidente da Câmara a solicitar a adesão à Associação e deliberasse nomear a Senhora Vereadora da Educação, Eng.ª Ana Maria Moreira Ferreira para representante legal do município de Santo Tirso na Associação.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



**8. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJECTO A
"REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DO
CONCELHO DE SANTO TIRSO": AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PARA ASSUNÇÃO DE ENCARGOS EM MAIS DE QUE UM ANO ECONÓMICO.-----**

Presente o procedimento por ajuste directo registado na Secção de Compras com o número 256/2010, tendo por objecto a celebração de contrato para a elaboração de um estudo de "Revisão do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil do Concelho de Santo Tirso".-----

Do procedimento consta informação da Directora do Departamento Administrativo, de treze do corrente mês de Setembro, registada com o número dez mil e quatro, a comunicar que se mostra necessária autorização da assembleia municipal para a assunção das despesas emergentes do respectivo contrato, que dão lugar a encargo orçamental em mais de que um ano económico.-----

O encargo total resultante do respectivo contrato, com exclusão do IVA, é de 60.000,00 € (sessenta mil euros).-----

O encargo total estimado resultante do respectivo contrato, com IVA incluído, é de 72.600,00 € (setenta e dois mil e seiscentos euros), repartido nos seguintes termos:-----

- Ano económico de 2010 – 7.260,00 € (sete mil duzentos e sessenta euros);-----
- Ano económico de 2011 – 65.340,00 € (sessenta e cinco mil trezentos e quarenta euros)

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse solicitar autorização à assembleia municipal para a assunção de despesas emergentes do contrato de prestação de serviços em causa com encargos em mais do que um ano económico (2010 e 2011), repartidos nos termos atrás referidos, solicitando ainda à Assembleia Municipal a ratificação da decisão da abertura do respectivo procedimento.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



9. 1ª REVISÃO AO CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO COM A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, IP, TENDO POR OBJECTO A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DE S. MARTINHO DO CAMPO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do Presidente da Câmara de treze do corrente mês de Setembro, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes cinco folhas, que decidiu aprovar a minuta da 1ª Revisão ao Contrato Programa celebrado com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., tendo por objecto a construção da extensão de Saúde de S. Martinho do Campo, minuta essa anexa àquele despacho.-----

A revisão ao Contrato Programa em causa tem por objecto a alteração das cláusulas 3ª e 5ª daquele Contrato, relativas ao prazo de execução da obra e aos encargos da obra, respectivamente.

O Senhor Presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o referido despacho.-----

DESPACHO

50



Engº António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, decido aprovar a minuta da 1ª Revisão ao Contrato-Programa celebrado entre o Município de Santo Tirso e a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., que tem por objecto a construção da Extensão de Saúde de S. Martinho do Campo, a qual se anexa ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo as subsequentes três folhas;-----

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:-----

Em 29 de Maio de 2009 foi assinado o Contrato-Programa acima referido, que foi ratificado pela Câmara Municipal em reunião ordinária de 15 de Julho do mesmo ano (item 11 da respectiva acta);-----

O Anexo II daquele Contrato-Programa prevê as condições relativas à construção do edifício em causa, estando previstas nas cláusulas 3ª e 5ª, respectivamente, o prazo e os encargos com a execução da obra;-----

Considerando que o procedimento de concurso público lançado pelo Município para execução da obra veio a demorar mais tempo do que o esperado, concluiu-se que não seria possível concluir a obra dentro do prazo previsto naquela cláusula 3ª;-----

Relativamente aos encargos previstos na cláusula 5ª, o montante aí referido resulta da estimativa orçamental junta ao respectivo projecto, sendo que a obra veio a ser adjudicada por valor superior;-----

As alterações ao Contrato-Programa constantes da minuta anexa já foram aprovadas pelo Conselho Directivo da ARSNorte, I.P., em reunião de 6 do corrente mês de Setembro;-----

É urgente a assinatura do documento de revisão àquele Contrato-Programa, que deverá ser junto ao processo de fiscalização prévia do respectivo contrato da empreitada no Tribunal de Contas, conforme solicitado por este Tribunal por ofício de 12 de Agosto findo, com a referência DECOP/UAT I/4640/10, registado na Câmara Municipal com o nº 9239/2010;-----

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001
certificação
acreditada

Serviços de Obras Particulares,
Acção Social e Albergamento,
Gestão e Administração do Território,
Administrativo, Recursos,
Municipal, Apoio Jurídico e
Comercial

M.021GR





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

51

Ak
f

A próxima reunião da Câmara Municipal é só no próximo dia 22 do corrente, sendo que, por dificuldades de compatibilização da agenda de todos os edis é difícil reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, acrescendo que tais reuniões acarretam despesas acrescidas para o Município;-----

As alterações ao Contrato-Programa em causa são mais favoráveis ao Município do que as condições que constavam do Contrato-Programa assinado e ratificado pela Câmara Municipal.-----

Pelo que, decide-se aprovar aquela minuta.-----

Remeta-se cópia do presente despacho à ARSNorte, I.P. para se proceder à assinatura do documento de revisão ao Contrato-Programa em causa e agende-se para a próxima reunião da Câmara, para ratificação.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 13 de Setembro de 2010

O Presidente da Câmara,

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001
certificação
acreditada
AN

Serviços de Obras Públicas,
Ação Social e Recreio,
Crianças e Adolescentes do Concelho,
Administração, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR

MINUTA

REVISÃO AO CONTRATO PROGRAMA

Construção da Extensão de S. Martinho do Campo

A Administração Regional de Saúde do Norte, IP, pessoa colectiva nº 503 135 593, neste acto representada pelo Prof. Dr. Fernando Araújo, titular do Bilhete de Identidade nº _____, emitido em _____, pelo Arquivo de Identificação de _____, (estado civil) _____, natural da freguesia de _____, concelho de _____, com residência profissional na Rua de Santa Catarina, nº 1288, na cidade do Porto, na qualidade de Presidente do Conselho Directivo, com poderes para o acto, adiante designada por ARSN

E

O Município de Santo Tirso, pessoa colectiva nº 501 306 870, neste acto representado pelo Engº António Alberto de Castro Fernandes, casado, portador do Cartão de Cidadão com o número de identificação civil 02873162 – 0ZZ6, válido até 02 de Setembro de 2013, natural da freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, com residência na Rua S. Bento da Batalha, nº 55 da cidade de Santo Tirso, no qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e em representação do respectivo Município, com poderes para o acto, de harmonia com o previsto na alínea a) do nº 1 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, a seguir designado por Município.

Considerando que o procedimento de concurso público lançado pelo Município de Santo Tirso para execução da obra denominada "Unidade de Saúde de S. Martinho do Campo" demorou mais tempo do que o inicialmente previsto;

Considerando o prazo de execução previsto na cláusula 3ª do contrato de empreitada celebrado em 19 de Maio de 2010 entre o Município e a

sociedade Arlindo Correia & Filhos, S.A. (contrato registado na respectiva Câmara Municipal com o nº 25/2010);

Considerando que tecnicamente não é possível proceder-se à execução da obra em prazo inferior ao aí estipulado (365 dias);

Considerando que o valor consignado no mesmo contrato de empreitada celebrado entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a firma adjudicatária na Cláusula 2.ª de € 995.161,94, acrescido do IVA à taxa legal.

A ARSN e o Município, ao abrigo do previsto na Cláusula 17ª do Contrato Programa celebrado em 29 de Maio de 2009, acordam na 1ª Revisão àquele Contrato Programa, nos seguintes termos:

CLÁUSULA 1ª

A presente revisão consiste na alteração da redacção da Cláusula 3ª e 5ª do Anexo II daquele Contrato Programa que fica com a seguinte redacção:

“CLÁUSULA 3ª

Prazo de início e conclusão da obra

O prazo de execução da extensão de Saúde de S. Martinho do Campo é de 365 dias, contados da data da consignação da obra, podendo ser prorrogado nos casos legalmente previstos no Código dos Contratos Públicos, devendo no entanto, em qualquer caso, ficar concluída até ao final de 2011.”

“CLÁUSULA 5ª

Encargos da obra


1. A previsão do encargo com a execução da obra é de 995.161,94 € (novecentos e noventa e cinco mil cento e sessenta e um euros e noventa e quatro cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal, totalizando o montante global de 1.054.871,66 € (um milhão e cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta e um euros e sessenta e seis cêntimos), sem prejuízo de eventuais acréscimos decorrentes da execução da empreitada, desde

que não ultrapassem os limites legais e sejam previamente aprovados pela ARS Norte, I.P., após parecer da comissão de acompanhamento.

Feito em dois exemplares originais, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes.

Porto, de de 2010

Prof. Dr. Fernando Araújo
Presidente do Conselho Directivo da
Administração Regional de Saúde do Norte, IP



Engº António Alberto de Castro Fernandes
Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso



Ar
77

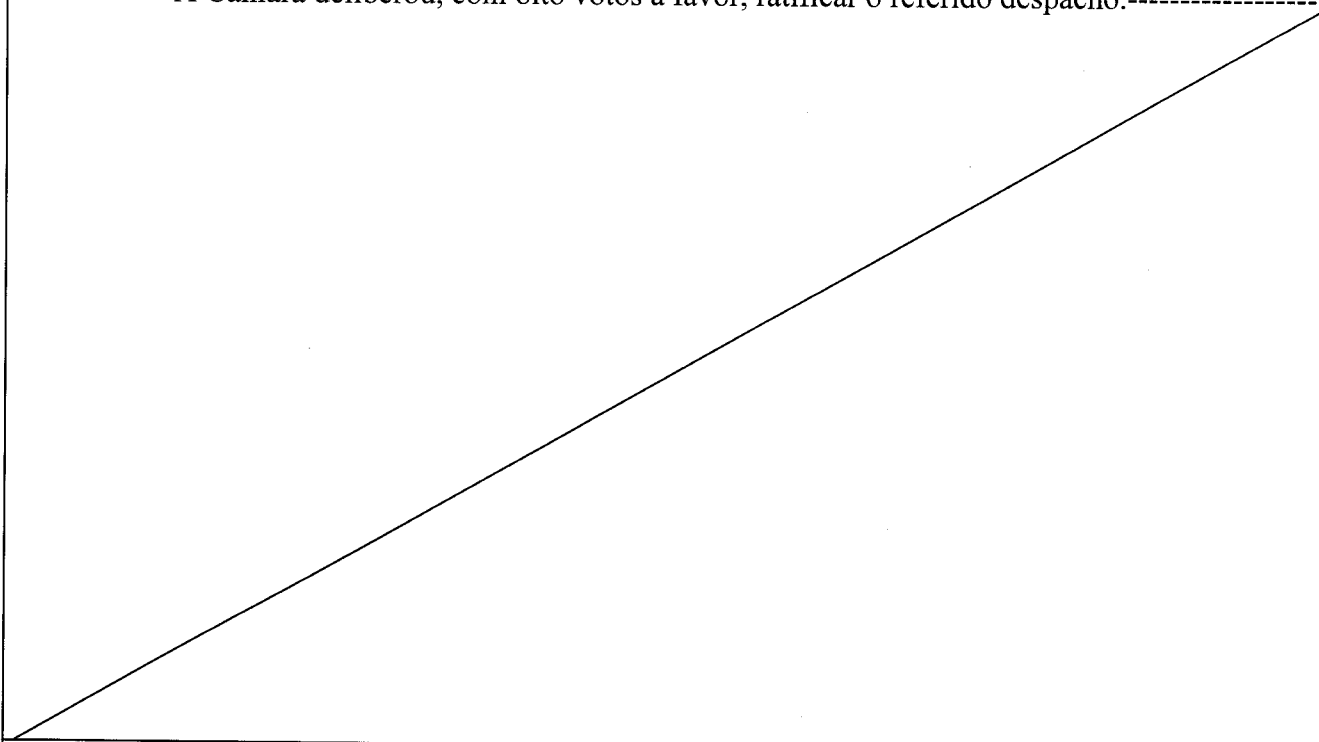
10. 1ª REVISÃO AO CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO COM A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, IP, TENDO POR OBJECTO A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DE AREIAS: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do Presidente da Câmara de treze do corrente mês de Setembro, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subseqüentes cinco folhas, que decidiu aprovar a minuta da 1ª Revisão ao Contrato Programa celebrado com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., tendo por objecto a construção da extensão de Saúde de Areias/Caldas da Saúde, minuta essa anexa àquele despacho.-----

A revisão ao Contrato Programa em causa tem por objecto a alteração das cláusulas 3ª e 5ª daquele Contrato, relativas ao prazo de execução da obra e aos encargos da obra, respectivamente.

O Senhor Presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o referido despacho.-----



DESPACHO

56

Engº António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, decido aprovar a minuta da 1ª Revisão ao Contrato-Programa celebrado entre o Município de Santo Tirso e a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., que tem por objecto a construção da Extensão de Saúde de Areias/Caldas da Saúde, a qual se anexa ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo as subsequentes três folhas;-----

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:-----

Em 29 de Maio de 2009 foi assinado o Contrato-Programa acima referido, que foi ratificado pela Câmara Municipal em reunião ordinária de 15 de Julho do mesmo ano (item 11 da respectiva acta);-----

O Anexo II daquele Contrato-Programa prevê as condições relativas à construção do edifício em causa, estando previstas nas cláusulas 3ª e 5ª, respectivamente, o prazo e os encargos com a execução da obra;-----

Considerando que o procedimento de concurso público lançado pelo Município para execução da obra veio a demorar mais tempo do que o esperado, concluiu-se que não seria possível concluir a obra dentro do prazo previsto naquela cláusula 3ª;-----

Relativamente aos encargos previstos na cláusula 5ª, o montante aí referido resulta da estimativa orçamental junta ao respectivo projecto, sendo que a obra veio a ser adjudicada por valor superior;-----

As alterações ao Contrato-Programa constantes da minuta anexa já foram aprovadas pelo Conselho Directivo da ARSNorte, I.P., em reunião de 6 do corrente mês de Setembro;-----

É urgente a assinatura do documento de revisão do Contrato-Programa celebrado com a mesma entidade tendo por objecto a Extensão de Saúde de S. Martinho do Campo, que deverá ser junto ao processo de fiscalização prévia do respectivo contrato da empreitada no Tribunal de Contas, conforme solicitado por este Tribunal por ofício de 12 de Agosto findo, com a referência DECOP/UAT I/4640/10, registado na Câmara Municipal com o nº 9239/2010;

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001
certificação
acreditada
AC

Serviços de Obras Públicas
Alc. San. e Ambiente
Luz e Energia do Castelo
Administrativa Recursos
Humanos Apoio Técnico e
Computação

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

57

AK

7

Por uma questão de economia de tempo, é conveniente que a assinatura das revisões aos dois Contratos-Programa seja feita em simultâneo;-----

A próxima reunião da Câmara Municipal é só no próximo dia 22 do corrente, sendo que, por dificuldades de compatibilização da agenda de todos os edis é difícil reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, acrescentando que tais reuniões acarretam despesas acrescidas para o Município;-----

As alterações ao Contrato-Programa em causa são mais favoráveis ao Município do que as condições que constavam do Contrato-Programa assinado e ratificado pela Câmara Municipal.-----

Pelo que, decide-se aprovar aquela minuta.-----

Remeta-se cópia do presente despacho à ARSNorte, I.P. para se proceder à assinatura do documento de revisão ao Contrato-Programa em causa e agende-se para a próxima reunião da Câmara, para ratificação.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 13 de Setembro de 2010

O Presidente da Câmara,

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001

certificação
acreditada

OC

Serviços de Círculo Municipal
Ação Social e Alojamento
Fiscal e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Contábil

M.021GR

MINUTA

REVISÃO AO CONTRATO PROGRAMA

Construção da Extensão de Areias / Caldas da Saúde

A Administração Regional de Saúde do Norte, IP, pessoa colectiva nº 503 135 593, neste acto representada pelo Prof. Dr. Fernando Araújo, titular do Bilhete de Identidade nº _____, emitido em _____, pelo Arquivo de Identificação de _____, (estado civil) _____, natural da freguesia de _____, concelho de _____, com residência profissional na Rua de Santa Catarina, nº 1288, na cidade do Porto, na qualidade de Presidente do Conselho Directivo, com poderes para o acto, adiante designada por ARSN E

O Município de Santo Tirso, pessoa colectiva nº 501 306 870, neste acto representado pelo Engº António Alberto de Castro Fernandes, casado, portador do Cartão de Cidadão com o número de identificação civil 02873162 – 0ZZ6, válido até 02 de Setembro de 2013, natural da freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, com residência na Rua S. Bento da Batalha, nº 55 da cidade de Santo Tirso, no qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e em representação do respectivo Município, com poderes para o acto, de harmonia com o previsto na alínea a) do nº 1 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, a seguir designado por Município.

Considerando que o procedimento de concurso público lançado pelo Município de Santo Tirso para execução da obra denominada "Unidade de Saúde de Areias" demorou mais tempo do que o inicialmente previsto;

Considerando o prazo de execução previsto na cláusula 3ª do contrato de empreitada celebrado em 26 de Maio de 2010 entre o Município e a sociedade Construbracara, Construções Lda. (contrato registado na respectiva Câmara Municipal com o nº 27/2010);

Considerando que tecnicamente não é possível proceder-se à execução da obra em prazo inferior ao aí estipulado (365 dias);

Considerando que o valor consignado no contrato de empreitada celebrado entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a Firma Adjudicatária na Cláusula 2.^a de € 1.062.996,71, acrescido do IVA à taxa legal.

A ARSN e o Município, ao abrigo do previsto na Cláusula 17.^a do Contrato Programa celebrado em 29 de Maio de 2009, acordam na 1.^a Revisão àquele Contrato Programa, nos seguintes termos:

CLÁUSULA 1.^a

A presente revisão consiste na alteração da redacção da Cláusula 3.^a e 5.^a do Anexo II daquele Contrato Programa que fica com a seguinte redacção:

“CLÁUSULA 3.^a

Prazo de início e conclusão da obra

O prazo de execução da extensão de Saúde de Areias / Caldas da Saúde é de 365 dias, contados da data da consignação da obra, podendo ser prorrogado nos casos legalmente previstos no Código dos Contratos Públicos, devendo no entanto, em qualquer caso, ficar concluída até ao final de 2011.”

“CLÁUSULA 5.^a

Encargos da obra

1.A previsão do encargo com a execução da obra é de 1.062.996,71 € (um milhão e sessenta e dois mil novecentos e noventa e seis euros e setenta e um cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal, totalizando o montante global de 1.126.776,51 € (um milhão e cento e vinte seis mil setecentos e setenta e seis euros e cinquenta e um cêntimos), sem prejuízo de eventuais acréscimos decorrentes da execução da empreitada, desde que não ultrapassem os limites legais e sejam previamente aprovados pela ARS Norte, I.P., após parecer da comissão de acompanhamento.

Feito em dois exemplares originais, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes.

Ac
f

Porto, de de 2010

Prof. Dr. Fernando Araújo
Presidente do Conselho Directivo da
Administração Regional de Saúde do Norte, IP



Engº António Alberto de Castro Fernandes
Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso



Ar

47

11. EMPREITADA: “CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESCOLAR DA COSTA – RORIZ”: DECLARAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL A ATESTAR, QUE, TECNICAMENTE, OS “ELEMENTOS DA SOLUÇÃO DA OBRA A REALIZAR” DISPONIBILIZADOS ÀS EMPRESAS CONVIDADAS SÃO OS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À BOA EXECUÇÃO DA OBRA.-----

Presente ofício do Tribunal de Contas de dezoito de Agosto findo, registado com o número nove mil trezentos e setenta e um, a devolver o processo da empreitada acima referida, remetido àquele Tribunal para efeitos de fiscalização prévia, para que a câmara instrua o mesmo processo com os elementos constantes do Anexo àquele ofício.-----

Entre os elementos solicitados, o Tribunal de Contas solicita que se remeta “*declaração emitida por este município, a atestar que os “elementos da solução da obra, disponibilizados às empresas convidadas, a definem e enquadram em termos técnicos e cumprem a legislação aplicável; nos casos em que a entidade adjudicante considere como não exigível algum dos elementos constantes do n.º 5 do artigo 43º do CCP, se fundamente, detalhadamente e caso a caso, os motivos da sua não exigência”*”.-----

O assunto vem informado pelos Departamentos Administrativo, de Obras Municipais e de Planeamento e Habitação, por informação de quinze do corrente mês de Setembro, registada com o número dez mil e vinte e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito:-----

O objectivo do contrato de empreitada celebrado no dia vinte e oito de Julho último com a sociedade Edinorte – Edificações Nortinhas S.A., registado na câmara municipal com o número trinta e cinco / dois mil e dez, cujo objecto é a execução da obra denominada “Construção do Centro Escolar da Costa – Roriz”, é a conclusão do edifício iniciado no âmbito do contrato de empreitada n.º 2/2009, que veio a caducar por insolvência do empreiteiro, que tem por finalidade a instalação de uma Escola Básica do 1º ciclo com jardim de infância (agora denominado Centro Escolar);-----



A construção daquela escola é um investimento prioritário para a modernização do parque escolar do concelho de Santo Tirso, o que foi declarado expressamente por deliberação desta câmara municipal de cinco de Maio último (item seis da respectiva acta), pelo que foi decidido recorrer-se ao procedimento por ajuste directo para formação do contrato de empreitada de execução dos trabalhos de conclusão daquele edifício;-----

O respectivo projecto de execução foi ainda elaborado ao abrigo da Portaria de 07 de Fevereiro de 1972, à data em vigor, mas respeita, conforme consta da informação técnica acima referida, no que é essencial para a boa execução da obra agora a realizar, quer o exigido pelos números 1,4 e 5 do Código dos Contratos Públicos, quer a Portaria 701-H/2008, de 29 de Julho;-----

Projecto esse que, com todas as especialidades e elementos que o acompanham, contém todas as informações necessárias e indispensáveis à boa execução da obra a realizar (conclusão de edifício destinado a centro escolar);-----

Pelo que, e com fundamento na aludida informação técnica, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, proponho o seguinte:-----

A) Que a Câmara delibere reconhecer e declarar para todos os efeitos legais que os “elementos da solução da obra a realizar” disponibilizados às empresas convidadas a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução;-----

B) Relativamente aos elementos constantes do n.º 5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, que devem acompanhar o projecto de execução **sempre que necessário**, propõe-se que a câmara delibere reconhecer que acompanham o Projecto de Execução todos os elementos previstos nessa norma necessários à execução da obra, nos seguintes termos:-----

- alíneas a) e b) do n.º 5:-----

Para a execução desta obra não são necessários quaisquer dos elementos previstos nessas alíneas, nomeadamente levantamento topográfico e estudos geológicos e geotécnicos, em virtude de já estarem executados todos os trabalhos relativos à estrutura do edifício e o contrato agora celebrado ter por objecto a conclusão do edifício;-----



Ar
7

- alínea c):-----

O projecto em causa não está sujeito a avaliação de impacto ambiental, conforme consta da dita informação;-----

- alínea d):-----

Para a boa execução da obra não são necessários quaisquer outros estudos de impacto social, económico ou cultural, para além dos que estão subjacentes à Carta Educativa do Concelho de Santo Tirso, que justificou a execução deste Centro Escolar, reiterando-se, mais uma vez, que o contrato tem por objecto a execução de trabalhos de conclusão do edifício, sendo que, para este efeito são indispensáveis quaisquer estudos.-----

Também não são necessárias quaisquer medidas de natureza expropriatória, já que o edifício a construir está implantado em terreno cedido ao município para equipamento, no âmbito de uma operação de loteamento.-----

- alínea e):-----

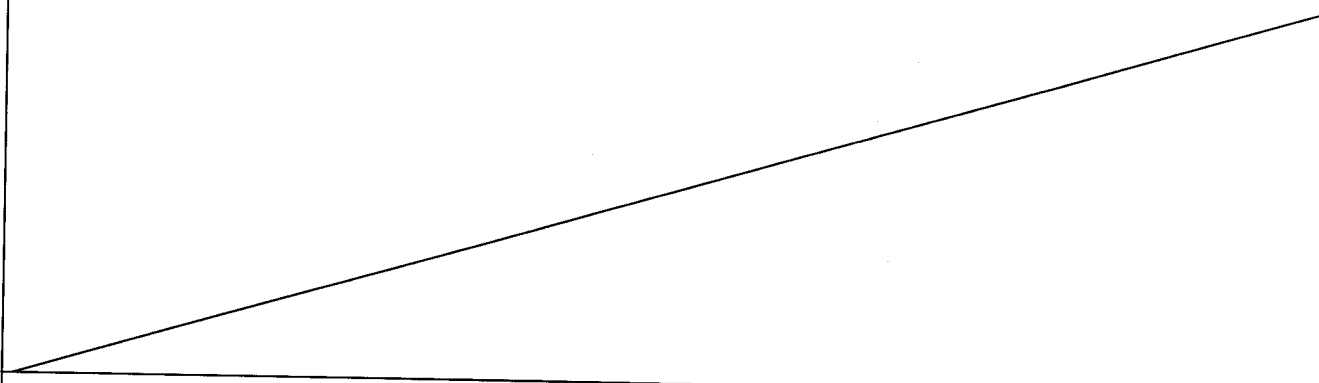
Para a conclusão da obra não são necessários quaisquer ensaios laboratoriais ou outros.---

- alínea f):-----

Do respectivo procedimento consta o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição.-----

Pelo que, para além dos elementos disponibilizados às empresas convidadas não são necessários quaisquer outros.-----

As propostas foram aprovadas com oito votos a favor.-----





[Handwritten signature]

12. ACORDO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, A DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO NORTE E O CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL DO NORTE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: MANUTENÇÃO PARA O ANO LECTIVO 2009/2010: RATIFICAÇÃO.-----

Presente ofício de vinte e oito de Julho último, da Direcção Regional de Educação do Norte, registado com o número oito mil oitocentos e quarenta e um, a remeter, de harmonia com o disposto no n.º 2 da Cláusula VIII do Acordo de Cooperação acima identificado, aprovado pela Câmara Municipal de Santo Tirso em reunião ordinária de quatro de Janeiro de mil novecentos e noventa e nove, e com o despacho conjunto das Ministras do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, de sete de Julho último, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 135, de 14 de Julho de 2010 (despacho n.º 11476/2010), o Anexo àquele Acordo de Cooperação para o ano lectivo de 2009/2010, referente à comparticipação financeira do Estado para funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar, designadamente refeitórios escolares, prolongamentos de horários e pagamento dos vencimentos do pessoal auxiliar de acção educativa.-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação do executivo camarário a sua decisão de manutenção para o ano lectivo de 2009/2010 do Acordo de Cooperação acima identificado e de aceitação das condições constantes do aludido Anexo, do qual se junta cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo VII da mesma, composto por onze folhas.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar a decisão do Presidente da Câmara.

[Large diagonal line across the bottom of the page]



Ac

13. OUTROS SUBSÍDIOS

A) À JUNTA DE FREGUESIA DE BURGÃES – Obras de Beneficiação na EB1 da Ramada.-----

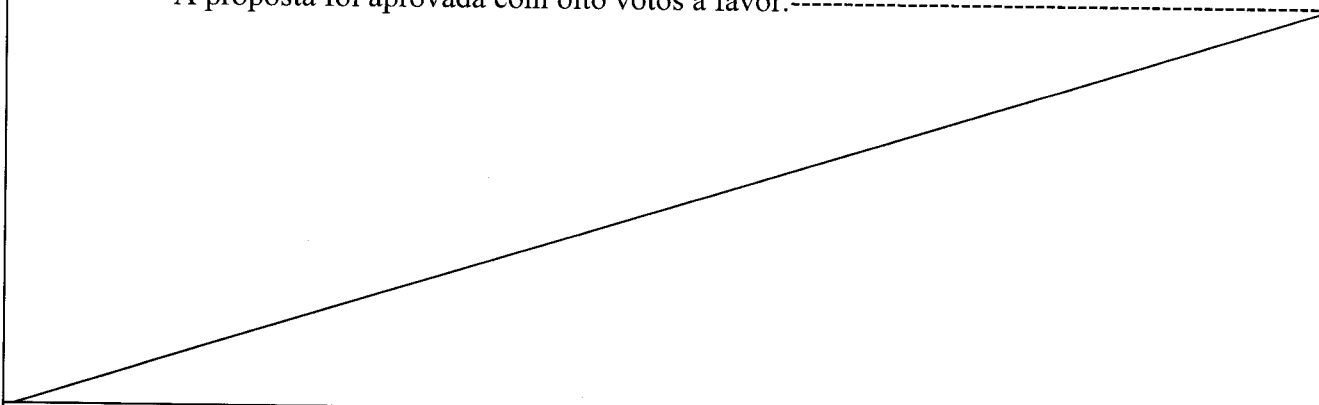
Presente ofício da Escola EB1 da Ramada – Burgães, de vinte e seis de Fevereiro último, registado com o número três mil trezentos e vinte e oito, a comunicar a necessidade de obras de beneficiação naquela escola.-----

A Divisão de Edifícios informa, em seis do corrente mês de Setembro, quais os trabalhos que se mostram necessários executar na referida escola, cuja estimativa orçamental é de 6.545,50 € (seis mil quinhentos e quarenta e cinco euros e cinquenta centimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Burgães um subsídio no referido montante de 6.545,50 € (seis mil quinhentos e quarenta e cinco euros e cinquenta centimos), para custear obras de beneficiação da Escola EB1 da Ramada, cujos trabalhos estão descritos no mapa de trabalhos anexo à aludida informação da Divisão de Edifícios, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3439/2010, de vinte do corrente mês de Setembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Ar
[Handwritten signature]

13. B) À JUNTA DE FREGUESIA DE BURGÃES – Beneficiação do palco e bar sitos no S. João do Carvalhinho.-----

Presente ofício da Junta de Freguesia de Burgães, de dezasseis de Julho último, registado com o número oito mil cento e oitenta e dois, a comunicar a necessidade de execução de obras no palco e no bar existentes em S. João do Carvalhinho.-----

A Divisão de Edifícios elaborou estudo dos trabalhos que se mostram necessários executar no palco e no bar existentes no S. João do Carvalhinho, cuja estimativa orçamental é de 9.975,66 € (nove mil novecentos e setenta e cinco euros e sessenta e seis cêntimos), com IVA incluído, conforme mapa de quantidades anexo ao aludido estudo, datado de trinta de Julho último.---

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Burgães um subsidio no montante 9.975,66 € (nove mil novecentos e setenta e cinco euros e sessenta e seis cêntimos), para execução de obras de beneficiação do palco e bar sitos no S. João do Carvalhinho, conforme estudo elaborado pela Divisão de Edifícios, sendo os trabalhos a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento 3437/2010, de vinte do corrente mês de Setembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

[A large diagonal line is drawn across the bottom half of the page, from the bottom left corner towards the top right corner.]



At
f

13. C) À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA DE CAMPINHOS – AGRELA – Adaptação de um compartimento para instalações sanitárias na EB1 de Campinhos.-----

Presente ofício de dezoito de Novembro de dois mil e nove, do Agrupamento de Escolas d'Agrela e Vale do Leça, registado com o número dezasseis mil cento e setenta e sete, a comunicar a necessidade de novas instalações sanitárias na EB1 de Campinhos destinadas à utilização de adultos do sexo masculino.-----

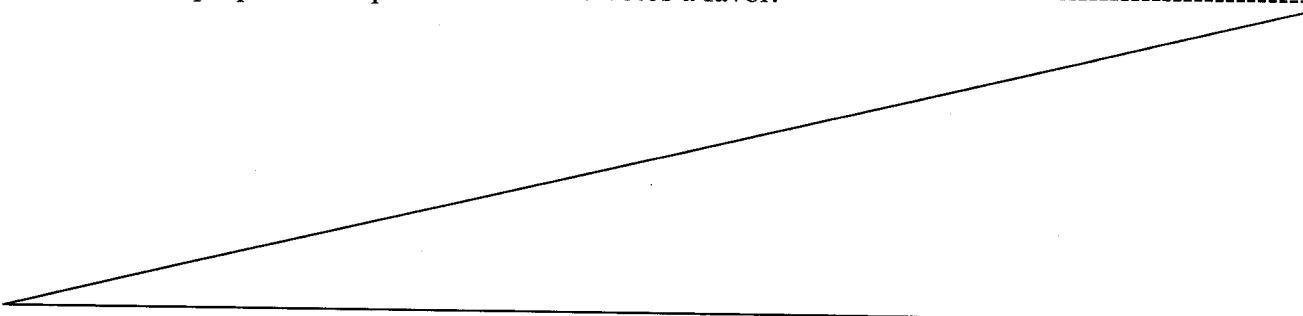
A Divisão de Edifícios elaborou estudo dos trabalhos a realizar, conforme mapa de trabalhos anexo à informação daquela Divisão de seis de Agosto findo.-----

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Campinhos Agrela apresentou proposta para execução daqueles trabalhos, no valor de 1.410,56 € (mil quatrocentos e dez euros e cinquenta e seis cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à identificada Associação de Pais um subsídio no montante de 1.410,56 € (mil quatrocentos e dez euros e cinquenta e seis cêntimos) para a execução dos trabalhos relativos à adaptação de um compartimento da EB1 de Campinhos para instalações sanitárias, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respectiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3434/2010, de 17 do corrente mês de Setembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

67

13. D) À JUNTA DE FREGUESIA DE LAMELAS – Obras de beneficiação da EB/JI de Sobrecampos.-----

Presente ofício de dezasseis de Agosto findo, da Junta de Freguesia de Lamelas, registado com o número nove mil duzentos e noventa e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a execução de obras de beneficiação no edifício escolar de Sobrecampos – Lamelas.-----

A Divisão de Edifícios elaborou estudo para a execução de trabalhos de substituição das caleiras do sistema de drenagem da cobertura da escola, de modo a resolver o problema de infiltração de água no interior do edifício, causada pela degradação das caleiras.-----

Mais informam que a estimativa orçamental dos trabalhos a executar é de 2.650,00 € (dois mil seiscentos e cinquenta euros), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Burgães um subsídio no montante de 2.650,00 € (dois mil seiscentos e cinquenta euros) para custear as despesas com os trabalhos descritos no mapa de trabalhos anexo à informação da Divisão de Edifícios de dois de Agosto findo, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3458/2010, de vinte do corrente mês de Setembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



Ac

67

13. E) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO GRUPO COLUMBÓFILO DE S. MARTINHO DO CAMPO – CAMPEONATO CONCELHIO DE CUMBOFILIA----

Pelo Senhor Presidente da Câmara, foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o Grupo Columbófilo de S. Martinho do Campo foi incumbido da organização do “Campeonato Concelhio de Columbofilia / 2010”;-----

Considerando que a organização do Campeonato acarretou despesas extras, nomeadamente com tratamento informático das classificações e aquisição dos prémios de classificação;-----

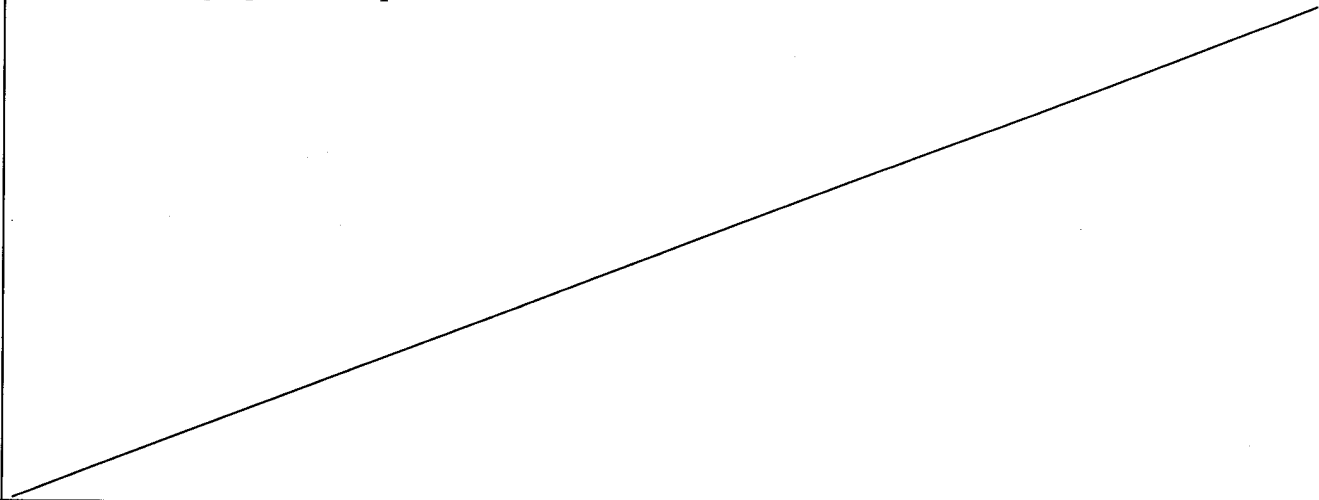
Considerando a importância do referido evento no âmbito da actividade desportiva do concelho;-----

Considerando a competência prevista no artigo 64º, n.º 2, alíneas a) e b) da Lei 169/99, de 18 de Setembro;-----

Proponho a atribuição de um subsídio no montante de 1.800 € (mil e oitocentos euros) ao Grupo Columbófilo de S. Martinho do Campo, para ajudar a custear algumas das despesas com a preparação e organização do “Campeonato Concelhio de Columbofilia”.-----

A referida despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3488/2010, desta data.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

13. F) SUBSÍDIO ANUAL A ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando as acções desenvolvidas no plano desportivo pelas colectividades desportivas do concelho de Santo Tirso; -----

Considerando o facto de a Câmara Municipal atribuir, anualmente, subsídios às colectividades desportivas para as ajudar a fazer face às despesas com as actividades constantes do seu plano de actividades;-----

Considerando a competência prevista no artigo 64º, n.º 2, alíneas a) e b) da Lei 169/99, de 18 de Setembro;-----

PROPONHO: -----

A atribuição dos seguintes subsídios anuais às colectividades abaixo identificadas:-----

Associação Desportiva de Guimarei- Guimarei-----1150,00 € (mil cento e cinquenta euros)

Associação Recreativa de S. Martinho do Campo - S. M. Campo-----7000,00 € (sete mil euros)

A referida despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme propostas de cabimento n.º 3489/2010 e 3490/2010, ambas desta data.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

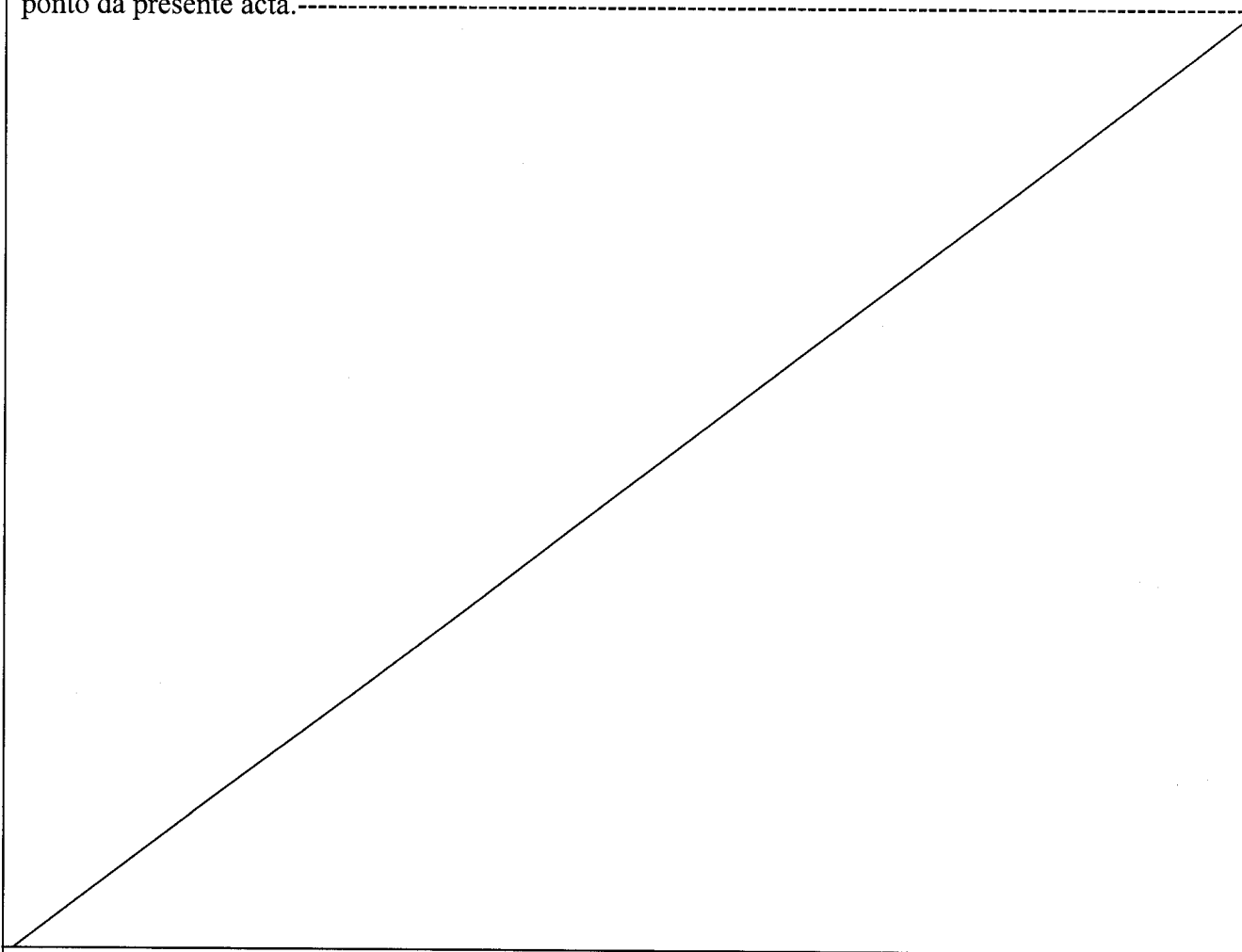


Ar

Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre o seguinte assunto:-----

- Comparticipação do custo das refeições fornecidas às crianças da Educação Pré-Escolar, pertencentes a agregados familiares carenciados, para o Ano Lectivo 2010/2011.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o referido assunto, o qual passa a constituir o subsequente ponto da presente acta.-----





Al

Handwritten signature or mark.

14. COMPARTICIPAÇÃO DO CUSTO DAS REFEIÇÕES FORNECIDAS ÀS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, PERTENCENTES A AGREGADOS FAMILIARES CARENCIADOS, PARA O ANO LECTIVO 2010/2011 -----

Presente informação de dezassete do corrente mês de Setembro, da Divisão da Educação, registada com o número dez mil duzentos e trinta e cinco, a comunicar que de acordo com o disposto no Decreto-Lei 55/2009, de 02 de Março, compete aos municípios participar o custo das refeições fornecidas às crianças da educação pré-escolar pertencentes a agregados familiares carenciados.-----

Pelo Senhor Presidente foram apresentadas as seguintes propostas: -----

A) Que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio mensal às entidades gestoras dos refeitórios escolares dos estabelecimentos de ensino identificados na aludida informação da Divisão de Educação, destinado a participar o custo das refeições fornecidas aos alunos que frequentam o ensino pré-escolar pertencentes a agregados familiares carenciados. -----

O montante do subsídio mensal a atribuir será calculado em função do número de refeições fornecidas aos alunos beneficiários do subsídio de alimentação, da comparticipação atribuída a cada aluno (100% para alunos do escalão A, correspondente a 1,46 € (um euro e quarenta e seis cêntimos) por refeição e 50% para alunos do escalão B) correspondente a 0,73 € (setenta e três cêntimos) por refeição e do preço máximo por refeição (1,46 €, de acordo com o despacho n.º 14368-A/2010, de 13 de Setembro, do Secretário de Estado da Educação), cujo pagamento será processado pela Divisão de Gestão Financeira mediante prévio despacho do Presidente da Câmara, fundamentado em informação da Divisão de Educação sobre o número de refeições fornecidas aos alunos beneficiários do subsídio no mês respectivo.-----

B) Relativamente aos alunos beneficiários do subsídio de alimentação que frequentam os estabelecimentos de ensino cujos refeitórios escolares estão sob gestão da sociedade Lourenço & Nóbrega Lda, conforme contrato de prestação de serviços celebrado entre esta autarquia e aquela sociedade em cinco de Janeiro de dois mil e nove, propõe-se que a Câmara Municipal assumo o



Ar
7

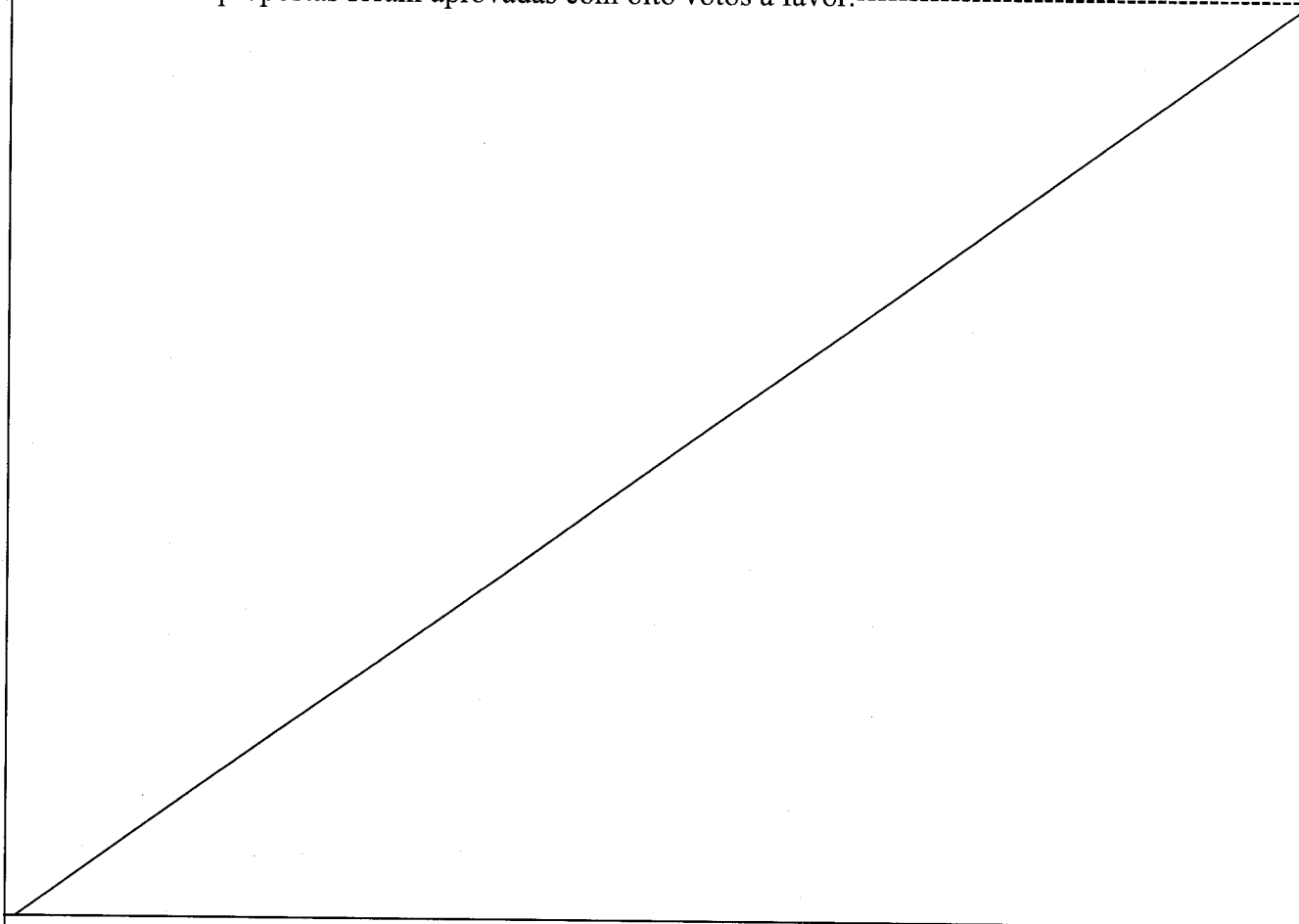
encargo correspondente ao diferencial entre o preço legislado (1,46 €) para as refeições em refeitórios escolares e a quota-parte a suportar pelos alunos.-----

Os estabelecimentos de ensino cujos refeitórios escolares estão sob a gestão daquela sociedade constam igualmente da aludida informação da Divisão de Educação.-----

A atribuição dos subsídios inerentes à presente proposta produz efeitos a partir do dia um do corrente mês de Setembro até trinta e um de Julho de dois mil e onze.-----

Os encargos inerentes à presente proposta serão satisfeitos pela rubricas orçamentais com as classificações económicas 04050102 e 040701, nas quais tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3475/2010, de vinte e um do corrente mês de Setembro.-----

As propostas foram aprovadas com oito votos a favor.-----





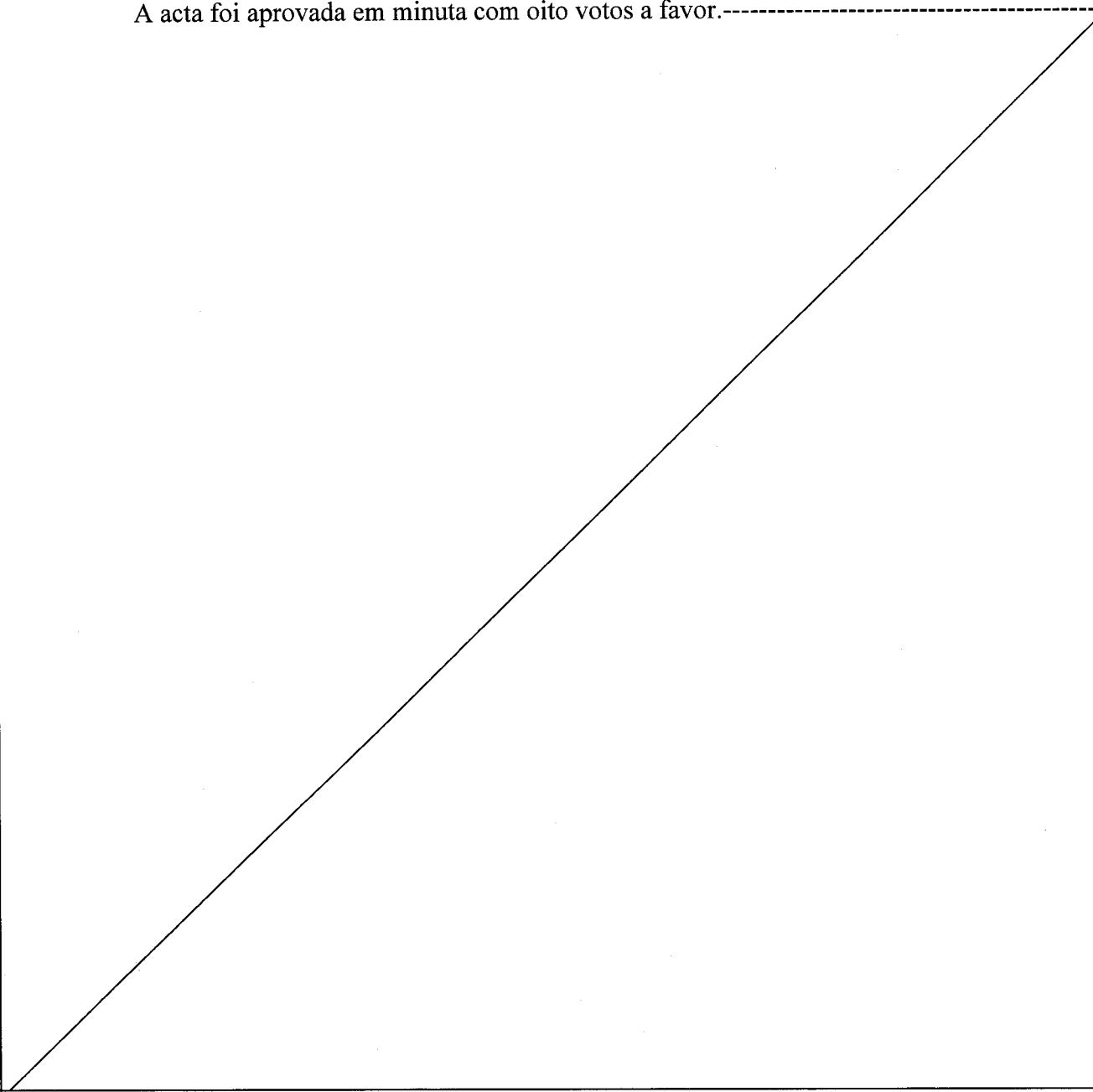
Acta N.º 20 Fl.74 *Ar*
22 de Setembro de 2010

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta com oito votos a favor.-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

7

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Doze horas, sem público assistente.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem setenta e cinco folhas, apenas utilizadas no anverso e sete documentos anexos, sendo o Anexo I respeitante ao item seis da presente acta, os Anexos II a VI, respeitantes ao item sete da presente acta, e o Anexo VII, relativo ao item doze desta acta, todos rubricados por mim e pelo Presidente da Câmara, que eu *Henric Alvaro*

Sofia Reg
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

Henric Alvaro

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 7 / 10 / 2010 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas quinze da respectiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana Reg